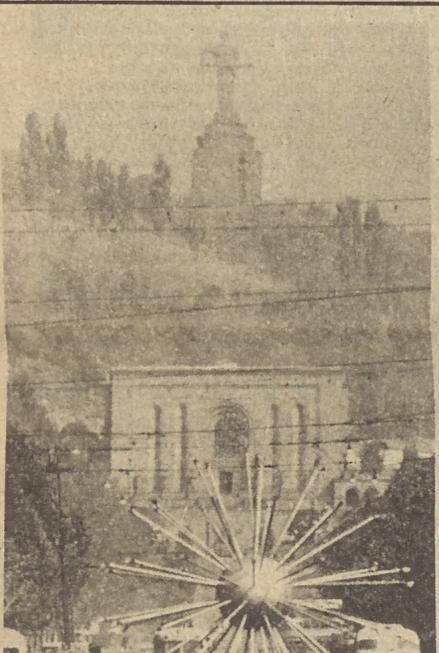


FESTA DO «AVANTE!» 8, 9 e 10 de Setembro no Vale do Jamor



- Em todo o país, as organizações do Partido lançam-se ao trabalho para a terceira grande Festa do nosso glorioso "Avante!"
- A EP (Entrada Permanente) já está à venda — e é começar desde já!

Páginas centrais



Ao fundo da Avenida Lênine, em Eravan, pode ver-se o edifício onde se guardam os manuscritos antigos, pedaços da longa história do povo arménio em luta pela Liberdade. E, sobre a colina, o monumento que representa a mãe-pátria, pronta a defender a Arménia

Dias de Maio na Arménia

Reportagem especial para o "Avante!" de Filipe Leandro Martins — Pág. 10

O Zaire e o imperialismo

A intervenção de tropas francesas, belgas e americanas em socorro da Mobutu revelam claramente o interesse do imperialismo em manter um regime que lhe vende o país. Na pág. 11, um artigo sobre a situação no Shaba e, na pág. 12 — Em Foco, uma reportagem sobre a base de mísseis instalada pela RFA



"General: com um destes brinquedos pode fazer ir pelo ar o planeta todo, mas estamos em condições de fazer um preço muito especial para uma encomenda de 5 000"



Um aspecto do grande comício realizado em Baleizão com a participação do camarada Álvaro Cunhal

HOMENAGEM A CATARINA

"A defesa da democracia é inseparável da defesa da Reforma Agrária e a defesa da Reforma Agrária não é possível sem o Partido Comunista Português" — afirmou o camarada Álvaro Cunhal em Baleizão. Pág. 3

GRANDE COMÍCIO NO PORTO

Milhares de pessoas do Académico, no Porto, em participaram no vibrante que falou o camarada Carlos comício realizado no Pavilhão Costa Pág. 4



Em cima, um aspecto do painel de azulejos que cobre a portaria do edifício da nova sede do Comité Central do PCP, situado na Rua Soeiro Pereira Gomes, à Rua da Beneficência e que contou com a colaboração de numerosos artistas plásticos.

O painel de azulejos, onde se integram diversos grupos escultóricos, ladeia a entrada principal de edifício, estendendo-se por mais de 30 metros por 2,70 de altura. De realçar o colorido do painel onde estão representadas algumas das cenas da vida e da luta do povo trabalhador português.

Editorial

DEZ PONTOS PROGRAMA - UMA PROPOSTA POLÍTICA VIÁVEL

A Reunião Plenária do CC do PCP de 14 do mês corrente confirma a profunda inserção dos comunistas na vida e na problemática da nação portuguesa.

Nas curvas mais apertadas da Revolução de Abril e nas condições por vezes árduas e complicadas do nosso processo democrático e da crise que avassala o País o PCP tem-se esforçado com patriotismo e afincado por isolar e analisar correctamente os problemas nacionais mais agudos, os que mais atingem o povo trabalhador, ao mesmo tempo que tem avançado soluções e propostas que, seriamente consideradas por todas as forças de facto interessadas em resolvê-los, permitiram equacioná-los de acordo com a realidade nacional objectiva.

As propostas políticas apresentadas ao País pelo PCP na última Reunião Plenária do seu Comité Central, consubstanciadas nos dez pontos programáticos incluídos no documento aprovado na Reunião, encontraram um largo acolhimento e apoio no seio dos trabalhadores portugueses e suscitaram o interesse de sectores de opinião e individualidades de quadrantes políticos e sociais dos mais diversos.

As propostas do PCP têm a particularidade de reflectirem a vasta experiência colectiva e os profundos anseios e preocupações das massas populares, não só dos trabalhadores da cidade e do campo como das classes e camadas médias da nossa população, a quem a crise e a política nefasta e errada do governo actual mais duramente afecta.

Os acontecimentos da última semana confirmaram o acerto político das conclusões do Comité Central do PCP, a razão de ser do seu alerta contra os perigos que ameaçam o regime democrático consagrado na Constituição, a justiça da sua análise da correlação de forças no momento actual, a oportunidade das suas propostas ao País.

Tais conhecimentos reforçam a necessidade, a urgência e também as possibilidades de se passar dos processos de intenção às realizações práticas, das concordâncias em abstracto às negociações e aos debates sobre questões concretas, da definição teórica dos objectivos comuns ao estudo das formas de acção para os atingir.

A ameaça do fascismo ganhou contornos mais precisos com os acontecimentos políticos da última semana. E também as suas fraquezas e inconsistências.

A ofensiva de desestabilização política e militar ameaça passar das intrigas e conluios de gabinete às iniciativas abertas contra a ordem democrática e constitucional.

O ensaio geral da obstrução das ligações rodoviárias nacionais em apoio de ultimatos ao governo pelos grandes proprietários fascistas da CAP ante a passividade total das autoridades policiais; o recomeço das agressões, arruaças e provocações fascistas contra democratas e organizações progressistas; a projectada paralisação de médicos e professores nortenhos da extrema-direita, constituem indícios dessa passagem à acção das forças reacçãoárias e golpistas.

Mas é naturalmente no plano político que as posições se definem com maior clareza e que os objectivos imediatos da contra-revolução se tornam mais nítidos.

O comício do Campo Pequeno, organizado para consolidar à frente do PPD a chefia absoluta de Sá Carneiro permitiu a verificação prática de duas realidades apontadas pelo PCP: uma, o empenhamento de uma parte considerável do PPD/PSD nas concepções ultras de Sá Carneiro; outra, a profunda divisão nesse partido entre as tendências golpista e parlamentar.

O "presidencialismo" golpista de Sá Carneiro recebeu alternativa no Campo Pequeno mas mostrou claramente os seus podres.

As conhecidas irreflexões do chefe absoluto do PPD/PSD arrastou-o para posições de que é agora difícil escapar-se. Como o aprendiz de feiticeiro o chefe libertou forças que não poderá jamais controlar.

Tentou no Campo Pequeno iludir os seus ataques e insolências anteriores contra o Presidente da República mas a resposta foi as valas saídas dos milhares de bocas dos seus apaniguados, inequivocamente dirigidas contra o general Ramalho Eanes.

Sá Carneiro apareceu abandonado dos seus correligionários do chamado "grupo de Lisboa" e isso representa um golpe nas suas ambições do Poder.

Um laço entre a consagração do golpismo no Campo Pequeno e a fantochada da "ameaça russa" no Penta Hotel teve expressão no plano físico e político. Lá estavam lado a lado na mesa da presidência dos provocadores internacionais da "ameaça", Sá carneiristas como o sr. Pedro Roseta, o desclassificado sr. Tomás Rosa, representantes da UNITA e da FNLA que fazem impunemente de Portugal uma base de conspirações contra a RPA e outros conspícuos anticomunistas e anti-soviéticos.

E do meio do Atlântico, do arquipélago português da Madeira, pela prosa do Governo pedepista daquela Região Autónoma, veio uma inequívoca declaração do separatismo fascista: "A autonomia (da Madeira) não será uma situação estática, mas será cada vez mais impulsionada, crescente e irreversivelmente na História".

Quer-se mais claro? Também num outro polo, o parceiro do PS no governo — o CDS — começa a mostrar o jogo.

É verdade que na reunião de Viseu se ouviram loas à bondade da coligação governativa e os seus ressentimentos contra os parceiros socialistas.

Talvez a parte "governamental" do CDS se proponha fazer o "jogo democrático" a favor dos seus objectivos políticos e de classe. Para uma conclusão definitiva desses propósitos serão precisas outras indicações mais claras. No entanto, uma parte "mimista" entra cada vez mais em oposição aos "parlamentares" e de novo a vimos na defesa dos seus adeptos da rede bombista em julgamento no Tribunal Militar...

As divisões internas nos partidos da extrema-direita parlamentar confirmam a justeza das conclusões políticas do CC do PCP e justificam a apresentação ao País dos 10 pontos — programa aprovado no dia 14.

A linha divisória na correlação de forças políticas em Portugal não passa entre comunistas e anticomunistas nem mesmo entre a esquerda e a direita mas entre o golpismo e o respeito pelas liberdades constitucionais.

Isto significa em primeiro lugar que os limites actuais dos partidos não são os limites dos entendimentos e das relações entre as forças democráticas. As condições para um vasto bloco democrático e patriótico existem e não por imaginação do PCP mas por uma rigorosa determinação de posições no xadrez político nacional.

Isto significa em segundo lugar que é possível uma acção multiforme convergente de carácter democrático e patriótico num largo contorno de objectivos comuns.

Acordos e entendimentos são possíveis sobre várias frentes e na sua base uma impenetrável barreira pode ser erguida contra as ameaças do golpismo e do fascismo em Portugal democrático de 1978.

Os 10 pontos-programa propostos pelo PCP respondem aos interesses e objectivos de um leque de forças largamente dominante na sociedade portuguesa. Um grande empreendimento democrático e patriótico pode hoje reunir uma massa esmagadoramente maioritária da população portuguesa.

A defesa das liberdades, da estabilidade política e militar do regime democrático consagrado na Constituição, conjuga-se com o respeito dos limites dos sectores público e privado onde a par da defesa das nacionalizações, da Reforma Agrária e das cooperativas se dê ao sector privado as necessárias garantias para a sua subsistência e dinâmica própria. Nenhum pequeno e médio empresário industrial, comerciante ou agrícola pode viver e prosperar à custa

do esmagamento de interesses dos trabalhadores, da redução brutal do seu poder de compra, da sua participação activa e directa no processo produtivo.

Cada português democrata e patriota, quer o seu coração pulse sob a blusa do operário, a camisa do camponês ou o "dolman" do militar, encontra seguramente nos 10 pontos-programa propostos pelo PCP a defesa dos seus interesses fundamentais e solidários.

A condição principal para esse vasto bloco democrático e patriótico é o fortalecimento incessante e a crescente unidade do movimento popular e democrático e do movimento operário organizado.

O 1.º de Maio foi a mais gigantesca afirmação dessa força unitária mas já depois disso novas demonstrações se produziram sobre os terrenos mais diversos.

No domingo, na terra de Catarina, mais de 10 000 trabalhadores e pequenos e médios agricultores de alma e coração com a Reforma Agrária mostraram a sua disposição de defender a mais significativa conquista da Revolução.

No grande comício do Porto e em numerosas outras concentrações e manifestações veio ao de cima a irremovível vontade das massas populares de unirem esforços e lutarem pelos seus direitos constitucionais inalienáveis e pela elevação das suas condições de vida.

Na Covilhã, a importante realização unitária do Congresso dos têxteis coroou todo um trabalho paciente e aturado dos trabalhadores para que dele saísse fortalecida a sua luta contra o desemprego, contra os baixos salários, pela superação da crise. Em dezenas de sindicatos, no movimento das mulheres, entre a juventude, no movimento popular de base acumulam-se vitórias de uma importância transcendente para a consolidação e defesa do regime democrático.

Os comunistas não regatearão esforços para encontrarem a linguagem comum e a identidade de interesses que as decisões do Comité Central põem na ordem do dia como condições fundamentais para novas e decisivas vitórias.

Em toda a parte, sem sectarismos, com persistência e paciência, sabendo em cada caso distinguir o que é fundamental e o que é secundário na conjugação de esforços para uma acção comum, o diálogo, os acordos e entendimentos devem ser encaetados na busca de soluções práticas para os problemas que afligem o povo e lesam o País.

Só assim as decisões do Comité Central e os 10 pontos-programa saídos da reunião de 14 se tornarão numa grande força ao serviço da democracia contra o golpismo e o fascismo, contra a recuperação capitalista.

Delegação de estudo do PC da Checoslováquia visitou Portugal

De 14 a 18 de Maio visitou Portugal, a convite do CC do PCP, uma delegação de estudo do Partido Comunista da Checoslováquia, chefiada por J. Varga, candidato ao CC e responsável do Departamento de Agricultura do CC do PC da Checoslováquia, J. Polst, vice-responsável do Departamento de Indústria do CC, e a qual integrava ainda F. Velehradsky, membro do Departamento de Agricultura, e P. Stulrajter, membro da Secção de Política Internacional do CC.

Esta delegação foi recebida no Comité Central do PCP por uma delegação composta por

Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, Gorjão Duarte, do CC, Vítor Louro, deputado do PCP à Assembleia da República, Helena Costa, da Secção Internacional do CC, e E. Vicente.

Esta visita teve por fim um melhor conhecimento de alguns aspectos da realidade portuguesa, nomeadamente as nacionalizações, o controlo operário e a Reforma Agrária.

Nesse sentido, a delegação de estudo do PC da Checoslováquia esteve na Mague e na Setenave onde, depois de visitarem as instalações, se encontraram

com os trabalhadores; visitou as UCPs de "Monte do Couço" e "23 de Julho", no distrito de Santarém.

A delegação teve, entre outros, encontros de trabalho em que participaram membros das Direcções das Organizações Regionais de Lisboa, Oeste e Ribatejo e Setúbal do PCP.

Esta visita contribuiu para um melhor conhecimento da realidade dos dois países e do trabalho dos dois partidos e para o reforço das relações de amizade, solidariedade e cooperação entre o Partido Comunista da Checoslováquia e o Partido Comunista Português.



Os camaradas Albano Nunes e Vítor Louro despediram-se no aeroporto dos camaradas checoslovacos

Morreu o camarada Moses Kotane

O Secretariado do Comité Central do PCP enviou ao Comité Central do Partido Comunista Sul-Africano o seguinte telegrama acerca do falecimento do camarada Moses Kotane:

Queridos Camaradas, Foi com profundo pesar que tomámos conhecimento do falecimento do camarada Moses Kotane, secretário-geral do Partido Comunista Sul-Africano.

O Partido Comunista Português evoca a memória deste destacado combatente pela causa da classe operária e grande dirigente do Movimento de Libertação Nacional, que dedicou mais de meio século da sua vida à luta contra o racismo e o apartheid, pela conquista dos direitos nacionais do povo sul-africano.

Pela morte de Moses Kotane, grave perda para o Partido Comunista e o povo sul-africano, o movimento de libertação dos povos da África Austral e a frente anti-imperialista mundial, enviam-vos as nossas mais fraternais condolências.

Aceltai, queridos camaradas, os fraternais sentimentos de solidariedade e internacionalistas dos comunistas portugueses.

Moses Kotane, secretário-geral do Partido Comunista Sul-Africano e membro do executivo do Congresso Nacional Africano, dedicou meio século da sua vida ao movimento de libertação nacional. Nasceu em Agosto de 1905 e iniciou a sua actividade política em 1928, num momento em que os comunistas africanos ainda tacteavam o caminho da construção de um sólido Partido Comunista. Foi eleito secretário-geral em 1939.



Moses Kotane

Participou em todas as campanhas contra o apartheid e pelo estabelecimento dos direitos da maioria africana oprimida e explorada na África do Sul. A história da sua vida é a história da resistência, na África do Sul, ao apartheid e à opressão racial, pela aplicação do marxismo-leninismo na solução da questão nacional.

Morreu o camarada Gerhard Danelius

O Partido Socialista Unificado de Berlim Ocidental comunicou, com profunda mágoa, o falecimento, em 18 do corrente, do seu presidente, camarada Gerhard Danelius.

Após prolongada doença e apesar do esforço dos médicos da clínica estatal da RDA, não foi possível evitar a morte daquele que foi durante 50 anos um grande dirigente do Movimento Operário Alemão e Internacional.

O Comité Central do PSUA (Partido Socialista Unificado Alemão) apresentou condolências ao partido irmão de Berlim Ocidental.

Dirigida à direcção do PSUBO, a mensagem dos camaradas da RDA põe em destaque a vida exemplar do militante e dirigente comunista do camarada desaparecido. Lembra os seus 50 anos de actividade, nomeadamente nas lutas de classe na Alemanha da década de trinta e na resistência ao fascismo.

Filho dilecto da classe operária, Gerhard Danelius foi por ela elevado ao mais alto cargo do seu partido. Tomou parte activa no seu desenvolvimento, na melhoria das relações do seu país com a RDA e no processo de reconhecimento internacional da Alemanha socialista.

Grande amigo da União Soviética e do Partido de Lénine, o camarada Danelius foi um mestre do marxismo-leninismo, um defensor da paz e das boas relações entre os povos.



Gerhard Danelius

O camarada Erich Honecker, secretário-geral do PSUA, dirigiu uma mensagem pessoal de condolências a Ise Danelius, viúva do camarada falecido.

O Secretariado do CC do PCP enviou ao CC do PSUBO a seguinte mensagem:

"Profundamente chocado pela notícia da morte do camarada Gerhard Danelius, firme combatente pela causa do socialismo e da paz, enviam-vos as nossas sentidas condolências, exprimindo-vos os nossos profundos sentimentos de solidariedade".

LENINE E A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

Albert Williams

O testemunho da queda do antigo regime e da vitória da grande revolução russa numa descrição do jornalista Albert Williams que assistiu à marcha triunfante do poder soviético em todo o país.



Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes - Lisboa-4. Tel. 769345.

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, S.A.R.L. Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º - Lisboa-1. Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - Lisboa-4. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Litoral, S.A.R.L. Central: Rua Pedro Nunes, 9-A - Lisboa-1. Tel. 769744/769751.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C - Lisboa-1. Tel. 769705.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - Lisboa-2. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B - Porto. Tel. 25938.

Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. - Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 - Coimbra. Tel. 28394.

Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 - Santarém. Tel. 24564.

Centro Distribuidor de Setúbal: Rua do Angola, 29-A - Setúbal. Tel. 29493.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alameda do Bairo, 13 - Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 - Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: CDL, Departamento de Venda Directa, Av. Santos Dumont, 50 - Lisboa-1. Tel. 763701.

PUBLICIDADE: Lisboa: R. Pedro Nunes, 9-A - Lisboa-1. Tel. 41787. Compósito e Impressão na Heika Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - Amadora.

Tiragem média do mês de Abril: 83 937

Em Baleizão foi mais um dia de luta, de firmeza, de unidade na defesa da Reforma Agrária, o dia da evocação de Catarina Eufémia, a operária agrícola comunista que morreu há 24 anos assassinada pelos mesmos que hoje atacam a grande conquista de Abril e que, nesses negros tempos, tinham todo o poder repressivo nas mãos.

Os ideais por que se bateu Catarina são os mesmos ideais de justiça social que levaram a Baleizão os milhares de trabalhadores, de comunistas e de outros democratas, ideais que os arrancaram ao repouso do fim-de-semana para palmilhar ou deslocar-se nos mais variados meios de transporte a distância que os separava daquela vila alentejana. Não foram de facto apenas os alentejanos que dos campos vieram a caminho de Baleizão. Também de Lisboa e de outras terras chegaram unidos pelas palavras que gritaram, palavras de unidade e de luta.

Que outra homenagem poderia esperar-se dos que continuam o esforço de Catarina?

O camarada Francisco Miguel, membro do Comité Central, pronunciou palavras comovidas no local onde há 24 anos os fascistas conseguiram derrubar uma lutadora. Palavras que falavam também da "mais importante das nossas conquistas, a Reforma Agrária".

No comício em que tomou a palavra o camarada Álvaro Cunhal, cuja intervenção publicamos separadamente, falou também a camarada Custódia Troncão. Palavras determinadas, segurando a memória de Catarina Eufémia e transformando-a no exemplo a seguir, "num guia para a nossa luta".

Homenagem a Catarina Eufémia foi jornada de firmeza e unidade



Um aspecto do comício que se realizou durante a homenagem a Catarina Eufémia, e no qual falou o camarada Álvaro Cunhal



Uma oferta da Célula da Sorefame para os camaradas de Baleizão



Como em 1974, o primeiro ano em que se prestou homenagem em liberdade a Catarina Eufémia, milhares de pessoas acorreram a Baleizão

Discurso do camarada Álvaro Cunhal

Camaradas:
Faz agora um ano quando aqui nos reunimos como de costume para prestar homenagem a Catarina Eufémia. Tinha sido desencadeada uma violenta e criminoso ofensiva contra a Reforma Agrária.

Agora, um ano passado, ao voltarmos aqui de novo com o mesmo objectivo, podemos todos afirmar com certa alegria: A reacção não conseguiu levar avante os seus sinistros projectos. A Reforma Agrária foi defendida com êxito. A Reforma Agrária continua.

(...)

A Reforma Agrária está de pé

Um ano atrás, a reacção interna e internacional proclamava que a Reforma Agrária estava derrotada e perdida.

A grande e brutal ofensiva começada na Lobata em Dezembro de 1976 desenvolveu-se em toda a primeira metade de 1977, com a atribuição de reservas aos agrários e a gente que nenhum direito tinha a elas.

Ao conceder essas reservas, o ministro não se apoiava na Constituição nem na lei, não se apoiava em razões económicas nem em razões sociais. Animava-o apenas o propósito de restaurar os latifúndios e liquidar uma das mais belas se não a mais bela conquista da revolução portuguesa.

O ano de 1977 foi na zona da Reforma Agrária um ano negro, um ano de arbitrariedades, de violências, de prepotências contra os trabalhadores levadas a cabo pelo próprio Governo e particularmente por um ministro que se tornou célebre pelo seu ódio aos trabalhadores e aos comunistas.

(...)

Mas contra o que proclamava a reacção interna e internacional, a Reforma Agrária não foi destruída.

E não foi destruída, porque a reacção, os agrários, o MAP de Barreto & Portas, a arbitrariedade, e violência e a repressão encontraram pela frente a unidade e a firme determinação dos trabalhadores de defenderem as terras justamente expropriadas, defenderem as suas UCPs e cooperativas, defenderem o resultado do seu trabalho, defenderem o emprego e o pão, defenderem a economia nacional, defenderem o futuro de bem-estar e de liberdade do povo, no quadro do Portugal democrático criado pelo 25 de Abril.

Se 1977 foi um ano negro pelas acções da reacção e do Governo, foi também mais um ano glorioso na gloriosa história de luta dos trabalhadores alentejanos e ribatejanos.

(...)

A Reforma Agrária está de pé e continuará de pé.

A Reforma Agrária e o aumento da produção

(...)

Com a Reforma Agrária, foram desbravadas centenas de milhares de hectares de terras, dantes abandonadas ou transformadas em coutadas para nelas caçarem três ou quatro vezes no ano meia dúzia de multimilionários.

Com a Reforma Agrária aumentou a superfície cultivada e a produção de cereais e de produtos hortícolas.

Com a Reforma Agrária aumentou de forma notável o número de cabeças de gado.

Se mais não aumentou a produção agrícola e pecuária, isso deve-se às condições muito desfavoráveis do tempo nos dois últimos anos, mas deve-se principalmente à guerra conduzida no último ano e meio contra a Reforma Agrária por parte do próprio Governo, às ameaças constantes, à incerteza e às perturbações causadas pela entrega ou ameaça de entrega de terras das UCPs e cooperativas aos agrários, amigos e afilhados, deve-se aos cortes do crédito agrícola de emergência, à falta completa de apoio técnico e a factos que se têm de considerar ou crimes de incompetência ou de sabotagem.

Os trabalhadores exigem que seja feita luz completa acerca das sementes fornecidas pelo Governo no tempo do Barreto & Portas para a sementeira de Outono de 1977, sementes que causaram incalculáveis prejuízos à agricultura e à economia nacional.

(...)

Os trabalhadores e os pequenos e médios agricultores reclamam que o inquérito ao fornecimento das sementes seja levado ao fim com verdade e com rigor. Que sejam averiguadas e esclarecidas as responsabilidades. Que seja averiguado e esclarecido se se trata de incompetência, negligência ou de sabotagem contra a economia nacional.

Os trabalhadores e os pequenos e médios agricultores reclamam ainda que essas sementes não sejam pagas (porque ninguém pode ser obrigado a pagar produtos estragados ou impróprios) e que o Governo indenize as UCPs/cooperativas e os pequenos e médios agricultores dos enormes prejuízos causados pelas sementes malditas.

O aumento da produção é um objectivo constante e fundamental dos trabalhadores da Reforma Agrária.

Desde o primeiro passo que foi dado para a ocupação de terras até hoje, o pensamento central dos trabalhadores da Reforma Agrária tem sido tudo fazer para aumentar a produção, para aumentar a produtividade, para melhorar a qualidade dos produtos.

(...)

Com a Reforma Agrária, foram cultivadas muitas terras dantes abandonadas. A Reforma Agrária significou aumento da produção. A restauração dos latifúndios, como reclamam os fascistas e toda a reacção, o MIRE e o PPD/SA Carneiro, a CAP do Casqueiro, é que significaria terras abandonadas e diminuição da produção.

(...)

É prosseguindo e apoiando a Reforma Agrária e não pretendendo destruí-la a Reforma Agrária que se pode aumentar a produção agrícola e pecuária, de forma a que a antiga agricultura de miséria dos grandes agrários seja substituída por uma agricultura dinâmica e progressista levada firmemente a cabo na zona da Reforma Agrária pelas UCPs/cooperativas mas sem exclusão dos pequenos e médios agricultores «independentes» e de outras formas de organização de empresas agrícolas.

A Reforma Agrária desempenha um papel de capital importância para a saída da crise, para a produção nacional de produtos que actualmente se importam, para poupar milhões de contos actualmente gastos na compra ao estrangeiro de cereais, de carnes, de forragem, de rações e (a médio prazo) de açúcar, de tabaco, de algodão, de girassol e de outras oleaginosas.

É nas mãos dos trabalhadores e das UCPs e cooperativas e não nas dos agrários que as terras podem produzir aquilo de que Portugal necessita.

A Reforma Agrária e o emprego

A Reforma Agrária pôs fim, numa parte considerável dos latifúndios, à exploração dos grandes agrários, ao abandono das terras, ao crónico desemprego durante alguns meses no ano, à miséria, à fome e à emigração da população trabalhadora dos campos.

Se nenhum outro resultado da Reforma Agrária houvesse para assinalar, bastaria este para justificar a expropriação dos latifúndios e a conquista da terra para quem a trabalha.

A entrega de reservas tem significado sistematicamente o lançamento de trabalhadores no desemprego, não porque as terras respectivas, se cultivadas, não dessem para o seu sustento, mas porque as reservas significam as mais das vezes terras ao abandono ou mal aproveitadas. Agora, a entrega de reservas com aplicação retroactiva de critérios de pontuação da lei Barreto e sem ter em conta a viabilidade das UCPs/cooperativas, significaria o desemprego para muitos milhares de trabalhadores que hoje com a Reforma Agrária têm trabalho assegurado.

Não se pense que isto é uma acusação do PCP sem fundamento.

Um tal senhor Carvalho Cardoso, que se intitulava porta-voz do CDS junto do MAP, (não sabendo nós se isto significa se é uma espécie de ministro-sombra) tem o cinismo de afirmar que a entrega das reservas já previstas iria lançar no desemprego cerca de 15 mil pessoas!

Outros senhores seqüiosos da liquidação da Reforma Agrária corrigem este número e afirmam que não serão possivelmente 15 mil mas 20 ou 25 mil novos desempregados.

Tão monstruosas declarações classificam só por si uma política. Uma política que admite que, concedendo reservas a meia dúzia de grandes proprietários, atira para o desemprego 15 ou 25 mil trabalhadores, tem de considerar-se uma política revoltante e odienta absolutamente contrária aos interesses do povo e de Portugal.

O que os interesses do povo e do país exigem não é a restituição de terras aos grandes proprietários parasitas do povo, para que muitas delas fiquem abandonadas e os trabalhadores fiquem sem trabalho.

O que os interesses do povo e do país impõem é ao contrário, que as terras expropriadas pela sua pontuação, bem como todas aquelas que se encontram abandonadas, sejam expropriadas e entregues aos trabalhadores e pequenos agricultores, para que aumente a produção necessária ao país e para que se criem novos postos de trabalho pondo fim ao desemprego.

A Reforma Agrária desempenha um papel de capital importância na ocupação da mão-de-obra que a agricultura dos latifúndios rejeitava.

A crise da nossa economia não se resolve (como pretendem o FMI e os grandes capitalistas e agrários) lançando ao desemprego milhares e milhares de trabalhadores, mas aproveitando a mão-de-obra nacional, criando postos de trabalho, produzindo riqueza com todos os braços disponíveis.

A esmagadora maioria das UCPs/cooperativas, apesar da guerra que lhes faz o Governo, podem manter os trabalhadores que nelas trabalham. O essencial é receberem apoio para investimentos para aumentarem a área de regadio, para diversificarem as culturas, para aumentarem a criação de gado e a produção de leite, para plantarem pomares, para instalarem oficinas.

Dê o Governo o apoio necessário às UCPs e cooperativas e pequenos e médios agricultores e não faltará a Portugal nem pão, nem carne, nem muitos produtos que são actualmente importantes e custam ao país milhões de contos.

A Reforma Agrária conseguiu aquilo que nunca foi possível nem seria possível com a antiga exploração latifundista: pôr fim ao terrível mal crónico do desemprego. E fez-o com poucos recursos financeiros, menos em qualquer caso do que aqueles que esbanjaram os agrários.

Naturalmente que, a longo prazo, com o progresso agrícola, designadamente com a mecanização, o número de trabalhadores agrícolas tenderá a diminuir. Mas, no estádio actual do desenvolvimento agrícola na zona da Reforma Agrária, a transformação da exploração agrícola tradicional (cultura extensiva de cereais, cortiça, suinicultura em apastamento) numa agricultura moderna (com a intensificação cultural, aumento da área de regadio, desenvolvimento da horticultura e fruticultura, introdução de novas culturas em grande escala como tabaco, oleaginosas, beterraba açucareira e outras) criará ainda uma grande margem

para que a diminuição natural dos postos de trabalho resultante da mecanização, seja compensada a ultrapasada pelas exigências de mão-de-obra resultantes da intensificação da cultura.

(...)

Os ataques à Reforma Agrária e a luta em sua defesa

É incontestável que a ofensiva brutal contra a Reforma Agrária conduzida ao longo de 1977 sob a direcção de Barreto & Portas tem tido com o novo Governo uma certa pausa conforme os trabalhadores reclamavam.

Consideramos positivo que o Governo tenha iniciado o diálogo com os trabalhadores e que por vezes se tenham já realizado negociações bem sucedidas com as UCPs/cooperativas.

Mas, o facto de nos últimos tempos se não terem realizado aquelas brutais operações com a GNR como no tempo do Barreto & Portas, não significa que os perigos tenham desaparecido.

Seria um erro mortal considerar que passaram os perigos contra a Reforma Agrária.

Não, camaradas.

Os perigos são muitos, são graves e continuam a pesar sobre as UCPs/Cooperativas.

É o perigo das reservas e a este respeito não podemos deixar de manifestar a nossa indignação por certas circulares que teriam sido enviadas pelos CFRAs incitando os agrários, que já receberam 50 000 pontos de reservas, a exigir mais 20 000 e os que receberam 35 000 pontos a exigir mais outros 35 000. E de exigir que o MAP esclareça se tais circulares têm ou não sido enviadas.

(...)

Além das reservas, são também perigos sérios para a Reforma Agrária o corte do CAE que afecta gravemente há meses mais de 100 UCPs/cooperativas; a não transferência para crédito a médio prazo das verbas do CAE investidas na produção; o não pagamento das indemnizações pela peste suína; a exigência dos 19% da Previdência; a inactividade, incapacidade, ou boicote dos organismos de Estado no escoamento dos produtos; a falta de fixação dum preço compensador.

É também um perigo e sério perigo a aplicação da Lei 260/77, quando se sabe que, para muitas UCPs/cooperativas, a venda da cortiça é essencial, como já era, nas mesmas herdades no tempo dos agrários. E, se a cortiça era para os agrários, quando as herdades lhes pertenciam, porque não é agora para as UCPs/cooperativas que têm a exploração dessas mesmas herdades? Poderá considerar-se que é justo que os agrários vendam a cortiça para gastarem milhares de contos na pândega e não a possam vender os trabalhadores a fim de apurarem recursos para cultivarem as terras, pagarem salários, desenvolverem a produção agrícola nas UCPs e cooperativas?

(...)

Cerca de um ano atrás, quando o MAP com Barreto & Portas, desencadeou a histórica e odiosa ofensiva contra a Reforma Agrária, enviando contra os trabalhadores grandes forças militarizadas, fazendo espancar e espalhar o povo para impor a entrega aos agrários de terras das UCPs e cooperativas, é ou não verdade que alguns diziam que tudo estava perdido e que essa ofensiva não passaria mais?

E ou não verdade que o mesmo foi dito quando o PS, aliado ao PPD e ao CDS, fez aprovar essa lei que ficou tristemente célebre com o nome de lei Barreto, lei da contra-Reforma Agrária e da restauração dos latifúndios?

E é ou não verdade também que outros, impacientes e desesperados, proclamavam que a Reforma Agrária não se defendia com manifestações de massas nem sepeando as terras, mas respondendo com a violência à violência utilizada contra os trabalhadores?

E o que se verificou, camaradas?

Verificou-se que nem uns nem outros tinham razão. E que foi o nosso Partido, o PCP, que tinha razão e que indicou o caminho justo aos trabalhadores.

Verificou-se que resistindo em massa, firmemente mas com serenidade, não caindo em actos desesperados que provocariam retaliações violentas, teimando na necessidade de negociar, insistindo em cultivar as terras apesar de todas as dificuldades e perigos, os trabalhadores conseguiram até hoje defender com êxito a Reforma Agrária.

(...)

A Reforma Agrária defende-se com a organização dos trabalhadores e dos pequenos e médios agricultores nas UCPs e cooperativas, nos secretariados respectivos, nos sindicatos e nas ligas.

— A Reforma Agrária defende-se reforçando dia-a-dia a unidade dos trabalhadores agrícolas e a sua aliança com os pequenos e médios agricultores, não deixando que a força poderosa dos trabalhadores alentejanos e ribatejanos seja enfraquecida pelo veneno da divisão lançado tanto pela reacção como pelo esquerdismo pseudo-revolucionário.

— A Reforma Agrária defende-se mantendo sempre o vigor do movimento de massas, cujas concentrações e manifestações, testemunhando a vontade e a determinação dos trabalhadores, têm constituído um elemento essencial na defesa da Reforma Agrária.

— A Reforma Agrária defende-se, semeando, cultivando, trabalhando, para que as UCPs e cooperativas tenham os melhores resultados, consigam boas colheitas, melhorem e diversifiquem as suas culturas, aumentem o efectivo pecuário, façam novos investimentos, melhorem o seu parque de máquinas e, apesar das dificuldades que levanta o Governo, se imponham, pelo exemplo que dão de justiça social, pelo progresso agrícola que apresentam e pela contribuição que dão para a economia nacional.

— A Reforma Agrária defende-se assegurando a gestão autónoma das UCPs e cooperativas e assegurando nelas uma vida democrática com o exame colectivo dos problemas existentes e a participação criadora dos trabalhadores nos planos de culturas e de desenvolvimento.

— A Reforma Agrária defende-se não tendo pressas em elevar salários que comprometam a situação financeira das UCPs/cooperativas e economizando recursos, e reservas para o futuro acumulando uma parte do produto das vendas de forma a diminuir o montante do CAE e, sempre que possível (como já sucede em algumas UCPs) dispensando o CAE.

— A Reforma Agrária defende-se procurando dialogar e negociar com o Governo a fim de encontrar soluções para os vários problemas, como sucedeu ultimamente entre outras com as cooperativas Barrocal do Degebe (Evora) e St.ª Sofia (Montemor-o-Novo).

— A Reforma Agrária defende-se reclamando que sejam finalmente levadas a cabo as expropriações das centenas de milhares de hectares de terra ainda na posse dos agrários e que por lei podem ser expropriados, a fim de compensar as UCPs e cooperativas de eventuais reservas e resolver a situação de muitos pequenos seareiros e rendeiros.

— A Reforma Agrária defende-se resistindo sempre firmemente contra injustiças, arbitrariedades e violências, lutando sempre lado a lado e ombro com ombro, mantendo sempre viva a combatividade e a prontidão para a luta, nunca deixando apagar ou esmorecer a confiança no futuro e na vitória final.

O caminho é irregular. Tem pedras e espinhos. Surgirão novos obstáculos a ultrapassar. Creio, camaradas que todos temos consciência disso. Mas temos também consciência de que a luta continua, e a Reforma Agrária será defendida e prosseguida até à sua completa realização.

O Partido da Reforma Agrária

A Reforma Agrária é uma realização dos trabalhadores e o resultado da sua luta e do seu trabalho. A Reforma Agrária não foi uma dádiva do poder, mas uma conquista das massas.

Estareis porém certamente de acordo, se eu afirmar que a Reforma Agrária foi possível porque no Portugal libertado da ditadura fascista pelo heróico capitão do MFA, se encontrou à frente dos trabalhadores, como sua vanguarda revolucionária, um partido temperado nas duras provas de luta clandestina, das prisões, da tortura e do sangue, um partido sempre pronto ao justo combate, um partido com grande experiência de luta e com quadros inteiramente dedicados a causa do povo trabalhador, um partido ligado por cada uma das suas organizações e cada um dos seus militantes às massas trabalhadoras, designadamente ao proletariado rural do Alentejo e Ribatejo, do Alentejo, Ribatejo e distrito de Setúbal, um partido que tomou, como objectivos da sua acção e como sua bandeira, os objectivos e aspirações dos trabalhadores, designadamente a luta pela Reforma Agrária — o Partido Comunista Português.

A Reforma Agrária, obra dos trabalhadores, independentemente das suas opiniões políticas, é inseparável da acção e da luta dos comunistas dantes e depois do 25 de Abril.

(...)

Mas quem quer que conheça a situação sabe bem que a ofensiva contra a Reforma Agrária por parte da reacção e do Governo não fez diminuir a influência do PCP na zona da Reforma Agrária, antes contribuiu para aumentá-la, porque, nas horas difíceis da ofensiva, o PCP manteve-se sempre na vanguarda da resistência, intimamente fundido com as massas.

Não, camaradas não foram os comunistas que foram corridos do Alentejo. O Barreto é que foi corrido do Governo. Corrido e bem corrido.

(...)

Enquanto houver leis e contra-leis e regulamentações e contra-regulamentações sobre a Reforma Agrária, enquanto pesar sobre as UCPs e cooperativas as ameaças de arranque de terras, máquinas e gados para entregar aos agrários, a Reforma Agrária correrá, a curto ou a médio prazo, perigos muito sérios, e os comunistas continuarão a lutar, sempre ligados ao povo, sempre com o povo trabalhador, com os seus interesses, com as suas necessidades, com as suas aspirações.

A lei Barreto não se adapta às novas realidades criadas pelo processo da Reforma Agrária nos campos alentejanos e ribatejanos até porque pretende destruir essas novas realidades. Por isso temos afirmado que a lei Barreto, tal como o seu autor foi para a lei, assim acabará por ser revogada e substituída por outra melhor.

O povo trabalhador confia cada vez mais no PCP, porque o PCP já demonstrou que é o único grande partido que defende consequentemente a Reforma Agrária, sempre, dedicadamente, quais sejam os governos e as dificuldades.

O povo trabalhador confia no PCP porque a defesa da democracia é inseparável da defesa da Reforma Agrária e a defesa da Reforma Agrária não é possível sem o Partido Comunista Português.

O PCP luta e lutará não só para que as UCPs e cooperativas mantenham as suas terras, os seus gados, as suas máquinas, as suas instalações, mas também para que se expropiem os 700 mil hectares que faltam expropriar, para que a terra seja concedida em usufruto perpétuo aos trabalhadores pequenos e médios agricultores de forma a poderem trabalhar sem sobressaltos e incertezas, para que os latifúndios, factor de atraso na democracia portuguesa, sejam completamente liquidados e a terra seja entregue de uma vez para sempre a quem a trabalha.

A Reforma Agrária é irreversível. A vitória é certa.



O Pavilhão do Académico, no Porto, revelou-se pequeno para conter todos os que quiseram participar no comício promovido pelo PCP

«O povo não desiste da sua luta pela consolidação e defesa da democracia»

— afirmou Carlos Costa no Porto

Milhares de pessoas encheram totalmente o Pavilhão do Académico, na noite da passada sexta-feira, para participarem num comício, presidido pelo camarada Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central.

Um dos momentos de maior entusiasmo foi vivido momentos depois de ter sido constituída a mesa do comício, integrada por representantes de vários organismos do Partido, pelos camaradas Vidal Pinto, membro da DORN e suplente do CC, Avelino Gonçalves, membro da DORN e suplente do CC, Oscar Lopes, membro do CC, Joaquim Pires Jorge, membro do Comité Central, e Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC.

Carlos Costa, num breve e empolgante improvisado, referiu alguns aspectos da vida e luta do camarada Joaquim Pires Jorge. À medida que ia falando, a multidão interrompia-o, gritando em uníssono — assim se vê a força do PC e do PCP — numa significativa demonstração de apreço pela actividade revolucionária de Pires Jorge, apontado por Carlos Costa como «um dos maiores construtores do nosso Partido».

Para traçar uma panorâmica da luta dos trabalhadores e do povo do Norte, usou da palavra o camarada António Alexandre, membro da DORN, que iniciou a sua intervenção com uma saudação aos que têm sabido fazer do Norte um destacado baluarte da nossa revolução e aos camaradas Carlos Costa e Pires Jorge, que apontou como exemplos vivos da coragem, da firmeza e do entusiasmo na luta de todos os comunistas e do seu Partido — o Partido Comunista Português.

Manifestando o apoio dos comunistas à árdua luta dos rendeiros do Norte, António Alexandre sublinhou que a recente proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PCP na AR visa anular os aspectos mais negativos da lei do arrendamento rural. O PCP — acrescentou — considera justa a luta dos pequenos e médios agricultores contra a enorme e injustificada subida dos preços das rações,

e inconscientemente — fomentam e, que se se generalizasse, levaria de facto à derrota. Não pode materialmente triunfar quem se deixa derrotar dentro da própria cabeça.

A outra atitude igualmente perigosa é a de subestimar a ofensiva da reacção, e desarmar a vigilância democrática que se exige, e não ver a absoluta necessidade de unidade antifascista que, paciente e constantemente, exige um esforço de aproximação e entendimento entre todas as forças e entre todos os democratas que querem assegurar um futuro democrático e independente para a nossa pátria.

Dirigindo-se aos católicos, Carlos Costa começou por realçar «que a religião não constitui um partido político e que, por isso, há católicos democratas e católicos fascistas (por absurdo que tal pareça)», há católicos socialistas e católicos não socialistas, há católicos comunistas e católicos não-comunistas.

«No nosso Partido há muitos católicos e, felizmente, cada vez mais», recordou, salientando não ser feita qualquer distinção entre os militantes do Partido que são católicos e os que não são. Depois de sublinhar que a política do PCP de respeito absoluto pela liberdade religiosa, pelos sentimentos e práticas religiosas «não era conjuntural, era para hoje e para amanhã», Carlos Costa acrescentou: Tudo fizemos para vencer reservas e incompreensões existentes entre certos sectores do movimento democrático e sempre afirmámos que os portugueses não se podiam dividir entre crentes e não-crentes, mas sim entre exploradores e explorados, entre democratas e fascistas.

Aos católicos que mantêm reservas em relação à orientação do PCP (...) nós apelamos para a unidade na acção em torno da defesa da Democracia, do Progresso e da Justiça Social, em torno de objectivos imediatos comuns, nas empresas, nos sindicatos, nos campos, nas organizações camponesas, em todas as organizações de massas.

Na parte final da sua intervenção, o dirigente comunista explicou o programa de dez pontos aprovado pela reunião plenária do Comité Central.

Esta importante jornada de esclarecimento e mobilização política terminaria com uma sessão de Canto Livre, preenchida com a actuação dos conjuntos «1.º de Maio» e «Objectivo» e da Brigada «Vitor Jara».

Dias Lourenço em Odemira

No passado domingo, em Odemira, o camarada António Dias Lourenço, director do «Avante!», tomou a palavra num comício-festa integrado na Campanha da DORA para angariação de fundos com o objectivo da construção de um novo Centro de Trabalho para aquela Direcção Regional.

Mais de mil e quinhentas pessoas participaram na festa popular, que na véspera começara com um baile e se prolongou por todo o fim-de-semana. Várias actividades reuniram ali muitos trabalhadores alentejanos que visitaram os stands e assistiram à actuação de alguns grupos de canto livre e musicais.

No comício, depois das intervenções de representantes de organizações do Partido,

Comissões de Freguesia e UCPs, falou o camarada Dias Lourenço, cuja intervenção se baseou nas conclusões da última reunião do Comité Central, explicando a base das propostas do Partido para a situação actual, falando da importância da defesa da Reforma Agrária, citando especialmente as lutas dos pequenos agricultores da zona de Odemira e sublinhando o apoio do Partido Comunista às suas aspirações.

Abordando os êxitos das UCPs no concelho, o camarada referiu-se também aos cerca de 800 hectares que em Odemira se encontram ainda por expropriar.

Tanto a festa como o comício decorreram num ambiente entusiasmado e confiante.

Carlos Brito no comício de Faro

O camarada Carlos Brito condenou vigorosamente a política do Governo PS/CDS, durante a sessão de esclarecimento realizada no passado sábado à noite, em Faro e que encheu quase completamente o ginásio da Escola D. Afonso III.

Escutado com atenção por todos os presentes, aquele membro da Comissão Política do Comité Central do Partido afirmaria que a política seguida pelos governantes «estimula e dá argumentos às forças da conspiração e da extrema-direita».

Classificando ainda a política governamental de «errada e desastrosa para o povo», Carlos Brito sublinhou o facto de, de ora em diante, Portugal passar a estar dominado pelo FMI.

Apesar de denunciar os perigos da existência real de conspirações que existem, sublinhando a necessidade de contra elas se unirem todos os democratas, o dirigente comunista viria, por outro lado, a salientar a existência de um poderoso movimento sindical que mostrou já a sua capacidade de fazer recuar o Governo.

Depois de explicar as razões das propostas do Partido Comunista Portugueses para a formação de um bloco democrático e patriótico para a defesa do regime democrático, o camarada Carlos Brito respondeu às muitas questões que os participantes quiseram pôr.

No final realizou-se uma sessão de canto livre.

Campanha da DORA

Várias festas e iniciativas políticas assinalaram o último fim de semana, integradas na Campanha dos 3 mil contos que a DORA promove. Fazemos hoje referência à que, em Odemira, junto mihtar e meio de pessoas e na qual participou o camarada Dias Lourenço, Director do «Avante!». Também no Alentejo, desta vez em Évora, no passado domingo houve festa. Da parte da manhã e até à hora do almoço desfilaram-se muitas actividades para crianças, tendo uma centena delas participado nas provas de atletismo, nas corridas de sacos, nas pinturas e na modelagem. De tarde, no Rossio de São Braz, houve Canto Livre. Actuaram os Pioneiros de Nossa Senhora do Machede, o grupo juvenil «Viva a Liberdade», de Cabeção, o grupo coral da Torre dos Coelheiros e ainda o poeta Fernando Grade. Finalmente interveio o camarada Miguel Urbano Rodrigues, director de «o diário», que falou sobre a situação política actual.

E agora os números que atestam o desenvolvimento da Campanha da DORA para um novo Centro de Trabalho.

Table with columns for Districts (DISTRITO DE PORTALEGRE, DISTRITO DE ÉVORA, DISTRITO DE BEJA) and amounts. Total geral: 1 666 180\$10.



CAMPANHA 3 MIL CONTOS



Festa da Amizade: dá mais força à Unidade

Já na próxima sexta-feira, em Almada, que decorre a Festa da Amizade. Para além de pavilhões de mais de 50 organizações do Concelho, vai haver colóquios, projecções de filmes, venda de produtos da reforma agrária, comes e bebes, o comício de encerramento e ainda grandiosos espectáculos, nos quais participam muitos artistas populares, entre os quais Carlos do Carmo, Ary dos Santos,

Fernanda Lapa, José Jorge Letria, João Fernando, o Coro da Academia de Amadores de Música e os Mineiros de Aljustrel, os vencedores do festival nacional da canção política «Grupo Trovante» e Carlos Paulo, etc.

Ihla de Almada do Partido Comunista Português promove um conjunto de realizações, que irão mostrar o trabalho, os desejos e as aspirações dos comunistas de Almada. Serão também perspectivados os caminhos que apontam para a defesa da Constituição e das Conquistas de Abril.

A festa da Amizade já se realizou no ano passado no Barracão da Romeira, tendo este

Agenda section listing events for Dia 25, 26, and 27, including a festa popular in Porto and a session of enlightenment in Amadora.

Acampamento juvenil promovido pela UJC e UEC. Includes details about the event, a list of objectives, and a registration form (FICHA DE INSCRIÇÃO PROVISÓRIA).

Actividades do Partido section featuring reports on meetings in Vila Franca de Xira, Almada, and Beja, as well as a report on the Hotelaria da Costa do Sol.

CAMARADAS FALECIDOS section listing the deaths of Fernando Travassos Cardoso and Luciano da Cruz Braço Forte.

Reunião em Lisboa section detailing a meeting of the party in Lisbon, mentioning the presence of various regional representatives.

O 25 de Abril na URSS section reporting on the 33rd anniversary of the April 25th Revolution in Portugal, with mentions of celebrations in the USSR.

Um Congresso para o têxtil ao serviço do País

O combate ao desemprego e o reforço da unidade, a reconversão da indústria, as condições de vida e de trabalho foram preocupações centrais do II Congresso dos Trabalhadores do Sector Têxtil que levou à Covilhã centenas de delegados e convidados portugueses e estrangeiros. Acontecimento de vulto num sector que engloba 1900 empresas e emprega cerca de 250 mil trabalhadores, o Congresso terminou no último domingo, depois de três dias de trabalhos, com a eleição do novo Secretariado da Federação e com a aprovação de um caderno reivindicativo e um plano de acção, documentos que assinalam uma firme disposição de luta e de empenho sério dos trabalhadores organizados na solução da crise muito grave que afecta o sector.

A reconversão da indústria têxtil passa a contar com propostas muito concretas e fundamentadas. Sem esquecer os problemas que afectam de imediato a grande massa dos trabalhadores, essas propostas aprovadas na Covilhã ultrapassam as reivindicações imediatas e recusam, sem perda de dinamismo e eficácia, as tentativas de recuperação capitalista com as quais o Governo nada solucionará no âmbito do verdadeiro interesse nacional.

O dirigente da CGTP-IN, Manuel Lopes, que presidiu aos trabalhos do Congresso na sua qualidade de sindicalista do sector, diria na sessão de encerramento que as propostas aprovadas na Covilhã se inscrevem muito claramente na "defesa do emprego e do desenvolvimento, assente no aproveitamento de todos os recursos económicos e sociais do País, na satisfação das necessidades colectivas e na

melhoria das condições de vida e de trabalho". Para isso, o Governo deve aplicar no sector projectos concretos de investimento, utilizando os meios de que dispõe a banca e o resto do sector público e nacionalizado.

As pequenas e médias empresas do sector devem ser apoiadas eficazmente, incluindo as já paralisadas ou em risco de paralisar por completo. Será essa a única forma de garantir o emprego que existe, enquanto não forem criados novos postos de trabalho.

Apelo financeiro devem receber também as empresas que se encontram a negociar contratos de viabilização, por forma a garantir o seu funcionamento normal e os salários dos trabalhadores.

Entretanto, deverão ser introduzidas novas técnicas de produção e comercialização, apoiadas por especialistas. A comercialização deve dispor de um organismo, nomeadamente uma empresa pública, que permita o regular

aprovisionamento das matérias primas e as vendas da produção. Devem ser procurados novos mercados que garantam encomendas suficientes para todas as empresas.

Os trabalhadores e as suas organizações de classe, através do controlo de gestão, consignado na Lei Fundamental do País, têm de dispor de condições para intervir no controlo das empresas que venham a dispor dos apoios do Governo e da Banca, por forma a garantir a sua melhor aplicação.

Quanto ao caderno reivindicativo aprovado no Congresso, Manuel Freitas, membro do novo Secretariado, afirmaria que esse documento define claramente os objectivos imediatos dos trabalhadores e das associações sindicais, para "combate ao flagelo do desemprego, para a segurança dos postos de trabalho e o seu alargamento".

Álvaro Rana, dirigente da CGTP-IN, ao intervir em nome da Central, afirmaria que o Congresso

foi uma vitória do Movimento Sindical Unitário e "uma resposta criadora e decisiva, com a força da unidade e do imperativo da transformação social a que a Constituição obriga".

MEDIDAS INACEITÁVEIS

Numa resolução específica acerca da situação dos trabalhadores dos lanifícios da Covilhã, o Congresso considerou inaceitáveis as medidas recentemente apresentadas pela Secretaria de Estado das Indústrias Extractivas e Transformadoras. O "plano de emergência para a Covilhã", obra deste órgão do Governo, limita-se a aplicar as receitas do FMI e tem em vista "acabar com as pequenas e médias empresas" em troca do crescimento das grandes.

No plano que o secretário de Estado foi apresentar pessoalmente à Covilhã, pouco antes do início do Congresso, só muito timidamente se manifesta

a intenção de incentivar a criação de postos de trabalho alternativos. "Não se apresenta qualquer projecto de execução imediata e capaz de absorver a mão-de-obra já libertada", assinala a resolução do Sindicato dos Trabalhadores de Lanifícios da Covilhã, aprovada no Congresso.

Em vez do plano, que nada de sério poderá resolver, os trabalhadores reclamam, nomeadamente para a Covilhã, garantia de emprego e o não agravamento do desemprego já existente; subsídio de desemprego garantido aos trabalhadores já despedidos e até que de novo arranjam emprego; colocação para os jovens; projectos concretos de investimento por parte do Governo.

A indústria têxtil, que exporta anualmente mais de 15 milhões de contos e abrange os sectores algodoeiro, malhas, lanifícios, tapeçaria, cordoaria, vestuário, chapelaria, rendas e bordados, não pode dispensar a activa participação dos trabalhadores na resolução da crise. O II Congresso



A indústria têxtil em Portugal, com as suas 1900 empresas afectadas pela crise, não pode passar sem uma reconversão profunda que alinhe os vários ramos desse sector que emprega 250 mil trabalhadores, sobretudo mulheres, mais exploradas ainda que os homens, e que lutam por salário igual para trabalho igual.

realizado em unidade, sem sectarismos, demonstrou, como disse Álvaro Rana, que "nas condições actuais do nosso País, nenhum Governo faz absolutamente o que quer". "A

capacidade de organização dos trabalhadores é uma barreira essencial e intransponível aos objectivos antipatrióticos das forças que representam os nossos inimigos de classe".

A CGTP-IN e o SNS

A CGTP-Intersindical Nacional considera que "existem condições para a implantação de um verdadeiro Serviço Nacional de Saúde (SNS)" em Portugal. Embora não esteja garantida, no documento do MAS, "a participação dos utentes na elaboração da regulamentação futura", a Central, após parecer do seu Conselho-Geral afirma que "o preâmbulo do anteprojecto apresentado pelo Ministério dos Assuntos Sociais aponta para os princípios constitucionais verificando-se, todavia, que a formulação do articulado não consegue traduzir totalmente tais princípios" e que "as alterações ao articulado propostas no documento

elaborado pelo Secretariado Nacional da CGTP-IN visam corrigir e precisar o anteprojecto, conferindo-lhe a eficácia prevista na Constituição".

Nesse sentido, o Conselho Geral da CGTP-IN, ratificando o parecer do Secretariado, assinala que "o anteprojecto apresentado pelo MAS poderá e deverá constituir um ponto de partida importante para a profunda modificação da política de saúde no nosso país, desde que a regulamentação nele prevista atenda aos desejos e anseios dos trabalhadores e do povo português, garantindo a participação do Movimento Sindical na sua elaboração", e desde que "haja uma firme e determinada vontade política de não ceder

às pressões ilegítimas para se manterem privilégios que se opõem à melhoria das condições de vida do povo português".

A CGTP-IN dá "o seu apoio às linhas gerais do anteprojecto apresentado pelo MAS". Crítica, no entanto, alguns aspectos do documento. Além dos já apontados, a análise da Central refere nomeadamente: a "insuficiente definição do modo de financiamento do SNS"; a "tendência centralizadora do poder de decisão"; a "quase nula relevância do centro comunitário de saúde como unidade-base do SNS"; a "excessiva importância da medicina privada e insuficiente definição do modo como esta actividade pode complementar

o SNS sob o seu estrito controlo".

Entretanto, uma delegação da CGTP-IN apresentava pessoalmente ao ministro dos Assuntos Sociais, António Arnaut, o apoio crítico da Central ao projecto de SNS em discussão.

Acerca da posição da Ordem dos Médicos, designadamente a da nova direcção eleita recentemente em Lisboa, um membro da delegação afirmaria que "os médicos têm um papel importante a desempenhar na criação do Serviço Nacional de Saúde, mas os principais interessados são o povo e os trabalhadores portugueses, pelo que ninguém poderá impedir a aplicação de um princípio consagrado na Constituição da República".

Para salvar a Mesa

A capacidade de planificar correctamente o futuro da empresa foi demonstrada pelos trabalhadores da Mesa, que há dias se manifestaram em frente ao Palácio de S. Bento em apoio do plano, apresentado ao Ministério da Indústria e Tecnologia (MIT), que se destina nomeadamente a garantir os 1500 postos de trabalho de uma fábrica que, embora trabalhando em condições muito difíceis, faz entrar em Portugal mais de 300 mil contos por ano.

A Mesa, com sede em Algueirão-Mem Martins, fabrica máquinas de escrever. Em 1976 foi declarada falida e a sua situação jurídica continua por definir. Muito bem equipada, mesmo a nível

internacional, a empresa, segundo o plano dos trabalhadores, pode dar lucros anuais da ordem das dezenas de milhares de contos com um investimento inicial de 55 mil contos.

O plano dos trabalhadores da Mesa, a que o MIT se referiu como a única proposta concreta para o desenvolvimento da empresa, é fundamentado economicamente. A taxa de rentabilidade do capital investido atingiria, no terceiro ano, mais de 24 por cento com a manutenção dos 1500 postos de trabalho.

Os trabalhadores da Mesa reclamam do Governo uma resposta constitucional. O estatuto da empresa tem de

ser definido, sem redução dos postos de trabalho e da capacidade de produção. A proposta dos trabalhadores aponta para uma participação maioritária do Estado no capital da empresa através do Banco de Fomento.

O Governo não pode demitir-se mais uma vez da defesa do interesse nacional. Não vai certamente pôr de lado uma proposta constitucional entregando a Mesa a este ou àquele grupo financeiro pronto a despedir em massa e a reduzir a produção.

Os trabalhadores da Mesa têm o direito de esperar que o futuro da empresa não seja resolvido nas suas costas, dentro de um gabinete

qualquer. O seu empenho em manter os postos de trabalho e a produção não contraria a viabilidade económica da Mesa. É antes a confirmação do que tem sucedido em grande número de empresas onde os trabalhadores organizados não limitam a sua intervenção social às reivindicações mais do que justas quanto a salários, garantia de emprego, direitos e liberdades constitucionais.

O caso da Mesa é a confirmação de que, com o apoio que a Constituição consigna, os trabalhadores continuam a demonstrar capacidade e eficácia para intervir na recuperação económica das empresas e do país.

Construção civil e outros sectores intensificam a luta pelos contratos

A Comissão Sindical Negociadora (CSN) do Contrato Colectivo de Trabalho Vertical (CCTV) para a construção civil, com as suas posições apoiadas para uma paralisação, na última quinta-feira, atingiu todo o País, fez saber ao patronato que "não abdicará, nas negociações, da defesa dos mais elementares direitos dos trabalhadores", garantindo que, se tal for necessário, "os trabalhadores estão dispostos a desencadear novas formas de luta pelo seu CCTV, certos de que a economia nacional não pode ser joguete de um patronato retrógrado que apenas visa a desestabilização". Entretanto, a luta intensifica-se também noutros sectores.

Quarenta e nove associações sindicais convocaram a paralisação de meio dia da última quinta-feira com resultados superiores a 90 por cento de adesões no cómputo geral do País. Mais de 180 mil trabalhadores, desde Bragança até Faro, participaram e estão dispostos a participar na "luta pela defesa dos seus direitos e pela conquista de melhores condições de trabalho", como refere a CGTP-Intersindical Nacional na saudação que lhes dirigiu.

A CSN anunciava, entretanto, no próprio dia da paralisação, que em resultado da posição tomada pelos trabalhadores estava já marcada no Ministério do Trabalho "o início da fase de conciliação" do respectivo Contrato.

Mais de 200 mil trabalhadores em todo o País anseiam por esse Contrato. As suas relações de trabalho são ainda regidas por convenções horizontais que há sete anos se mantêm em vigor. A última revisão salarial foi feita por via administrativa, mediante uma

portaria do Ministério do Trabalho publicada há mais de dois anos. A proposta do CCTV, agora em negociação data de 1975. O patronato tem-se recusado a negociá-la. Nem uma contraproposta salarial tinha apresentado, mantendo, inclusivamente, posições inegociáveis, como seja um prazo de vigência por três anos, o que é manifestamente ilegal, pois a lei não prevê que qualquer contrato se mantenha em vigor por mais de 18 meses e está prometida pelo Governo a redução desse prazo para um ano como, aliás, consta de vários contratos ultimamente assinados.

Outras lutas

Hoteleira, Função Pública, Indústria e Comércio Farmacêutico, Têxteis e Moagens são outros sectores onde decorrem, se anunciam ou preparam paralisações e outras formas de luta por objectivos muito concretos, sobressaindo entre eles os direitos mais elementares de centenas de milhares de trabalhadores a contemplar

através da contratação colectiva que o Governo mantém mais ou menos bloqueada e que o patronato reaccionário tenta boicotar por todas as formas.

Na Hoteleira, os trabalhadores exigem a aplicação da Portaria de Regulamentação de Trabalho (PRT) em vigor desde o ano findo. Em dezenas de hotéis, cafés, "snacks", cantinas tem havido paralisações com esse objectivo mais que legítimo e justo.

Na Função Pública, os Sindicatos prevêm novas formas de luta se, entretanto, se mantiver a fuga ao diálogo por parte do Ministério da Reforma Administrativa. Os trabalhadores pretendem que se estabeleça urgentemente um calendário de reuniões para discussão do diploma que regulamentará os mecanismos de negociação dos contratos colectivos para o sector. Numa conferência de imprensa, a Comissão Negociadora Sindical disse que os trabalhadores estão na disposição de continuar a luta por outras reivindicações justas e necessárias como a revisão do estatuto disciplinar e a concessão de facilidades aos trabalhadores-estudantes.

Entretanto, os sectores de moagem, massas alimentícias, descaque de arroz e alimentos compostos para animais paralisavam a actividade por 24 horas na segunda-feira passada, reclamando do patronato



a negociação do CCT, cuja proposta de revisão foi apresentada há quatro meses.

Por seu turno, os trabalhadores da indústria e comércio farmacêuticos anunciam para 1 de Junho uma greve nacional já aprovada em plenários sindicais no Porto, Lisboa e Coimbra. Trata-se, também neste caso, de apoiar as negociações do Contrato Colectivo de Trabalho.

Há um ministro que despacha!

Há uma Lei Sindical em vigor. Quem a cumpre? Apenas as associações sindicais constituídas legalmente? Se dez frequentadores do café "Paralelo" resolverem criar um "sindicato", quem os inibe? Não é certamente o ministro competente. Se três meses mais adiante, os mesmos frequentadores arranjam mais dez assinaturas, eis uma "federação". Mesmo uma "central". Por que não? Há um ministro que despacha...

A ofensiva divisionista dos servidores do patronato

reaccionário conta com a benevolência e o estímulo do sr. Gonalves. Mas não conta com o Movimento Sindical. Os divisionistas dignos desse nome podem dominar, como dominam, durante uns anos, uns quantos sindicatos através de direcções que as Assembléias Gerais podem destituir a qualquer momento. E não passam daí. É isso que eles podem oferecer aos trabalhadores sindicalizados: corpos gerentes divisionistas. Mas há divisionistas que nem isso podem oferecer. Limitam-se a acenar com

"sindicatos" paralelos ali à esquerda. É só aderir. Mas quem adere? Os trabalhadores que sabem, por exemplo, o que significa a unidade para a obtenção de um contrato de trabalho e para o seu cumprimento? Esses não. E esses são a maioria incontável que se viu no 1.º de Maio.

Por isso, o divisionismo há quatro anos que sofre derrotas sobre derrotas. A unidade do Movimento Sindical não tem vacilado. O seu avanço é seguro. E a vigilância não esmorece.

Secretariado coordenador para o comércio retalhista

Para "permitir a ampla troca de experiências, a cooperação mútua e a coordenação das acções de solidariedade que as lutas específicas de cada empresa justifique", foi criado no último sábado, durante o Encontro Nacional dos Representantes dos Grandes Armazéns de Retalho, um Secretariado Coordenador das estruturas representativas dos trabalhadores daquele sector de actividade.

Promovido por uma comissão organizadora, de que faziam parte a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores do Comércio e o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Lisboa, o Encontro contou com a participação das

comissões de trabalhadores e de delegados sindicais das grandes lojas, que aprovaram por unanimidade um documento final de conclusões onde se apontam as perspectivas para uma acção mais enérgica por parte dos Sindicatos no que respeita a contratação colectiva.

As comissões de trabalhadores deverão orientar a sua actividade no sentido de "humanizar os aspectos mais graves das actuais condições de trabalho" nas empresas, referem ainda as conclusões.

Segundo a ordem de trabalhos, eram sugeridos vários pontos para discussão. Entre eles salientamos: "duração do trabalho diário

e semanal; trabalho em polivalência; trabalho a meio tempo e a contrato a prazo; períodos de descanso intercalares; horários desfasados e regimes fixos e rotativos".

O Encontro, cujas conclusões foram consideradas "muito responsáveis e conscientes" por Carlos Carvalho, do Secretariado Nacional da CGTP-IN, que interveio no final dos trabalhos, teve ainda a caracterização de uma grande atenção dedicada às deficiências das condições de trabalho nesse populoso sector e que tem incidências graves na saúde e na vida familiar dos trabalhadores.

Lutas e Tarefas

Que Inspeção é esta?

A Inspeção Geral do Trabalho é um departamento do Ministério do mesmo nome. Ao serviço de quem? Segundo o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito de Leiria, "os serviços da Inspeção Geral do Trabalho são actualmente um poderoso instrumento ao serviço do patronato mais retrógrado e explorador e, consequentemente, altamente lesivos dos legítimos interesses dos trabalhadores, nomeadamente daqueles cujas entidades patronais violam ou ignoram sistematicamente as leis e regulamentações colectivas de trabalho pelas quais são abrangidos". Fundamentando as acusações que faz, o Sindicato afirma que hoje aqueles serviços do Ministério do Trabalho "em nada diferem dos moldes em que actuavam durante

a ditadura fascista", pois quando os sindicatos a eles recorrem, e recorrem sempre que é preciso actuar legalmente dentro das empresas (para isso precisamente foi a Inspeção criada), "as inspeções pedidas são marcadas a um ano, ano e meio e até mais tempo de distância. Trata-se de puro desinteresse pelos operários que são mais explorados, por vezes mesmo até humilhados pelos seus patrões, que sentem no Ministério do Trabalho um poderoso aliado. Mas trata-se também — acrescenta o Sindicato — de uma política deliberadamente orientada no sentido de desacreditar os sindicatos aos olhos dos trabalhadores que representam". Revelando uma situação que não pode manter-se, por mais desprezo que o MIT manifeste pelas leis deste país, o Sindicato de Leiria "reafirma que envidará todos os esforços para que

a Inspeção do Trabalho volte a estar ao serviço dos trabalhadores", como já esteve nos anos de 1974, 1975 e parte de 1976, acrescenta o comunicado lembrando que passados dois anos "entre o pedido de inspeção e a sua realização prescreve o prazo consagrado na lei para apuramento de diferenças salariais em dívida".

Uma afirmação a reter

O secretário de Estado dos Transportes, Conselheiro Pedroso, afirmou recentemente, em Coimbra, que "há uma vontade firme de consolidar a Rodoviarquia Nacional na sua configuração actual", isto é, que não existe qualquer intenção de entregar empresas da RN ao capital privado.

O secretário de Estado acrescentaria que "o ministro dos Transportes

e Comunicações foi extremamente inequívoco quanto a esse aspecto, nas declarações públicas que preferiu a quando da tomada de posse do novo Conselho de Gerência da Rodoviarquia Nacional". Entretanto, as comissões de trabalhadores e os delegados sindicais da RN em todo o país aprovaram recentemente em plenário o plano de desenvolvimento a médio prazo daquela empresa nacionalizada. Foram apresentadas várias propostas de emenda ao projecto de plano do Conselho de Gerência.

Contra a entrega da Corame e da Saprel

As comissões de trabalhadores e os delegados sindicais da Corame, empresa interveniente no ramo da metalomecânica, e da Saprel,

célebre por uma fraude na venda de aviões, manifestaram recentemente em conferência de imprensa a firme decisão de resistir a qualquer tentativa de devolver aquelas empresas ao antigo patrão, o sr. Carlos Nogueira, que, julgado no Tribunal da Marinha (era oficial na reserva) e condenado a 25 meses de prisão e multa, com base num relatório do Ministério das Finanças, por irregularidades de administração, viu agora o seu processo entregue, por ordem do Supremo Tribunal Militar, ao sr. juiz Barata de quem os trabalhadores lembraram a triste crónica. "Se se verificar a desintervenção, ninguém poderá atribuir aos trabalhadores a responsabilidade por conflitos laborais que eventualmente surjam na empresa" — advertiram as CTs — lembrando que "a resistência contra medidas contrárias aos interesses nacionais faz parte integrante da luta pela defesa

da Constituição e do 25 de Abril". As CTs e os delegados sindicais propõem que a Corame seja integrada numa empresa nacionalizada do mesmo ramo e a comissão administrativa da Saprel, que detém 97 por cento do capital da Corame e está inactiva, propõe que a empresa seja declarada falida com salvaguarda dos postos de trabalho.

MDF, empresa mista?

O Governo aprovou uma proposta de resolução que "faz preceder a cessação da intervenção do Estado na Metalúrgica Duarte Ferreira, SARL, de várias providências, com vista, designadamente, à sua eventual transformação em sociedade de capitais

mistas". Os trabalhadores da MDF têm vindo, na generalidade, a apoiar esta solução.

Uma vitória dos conservelros

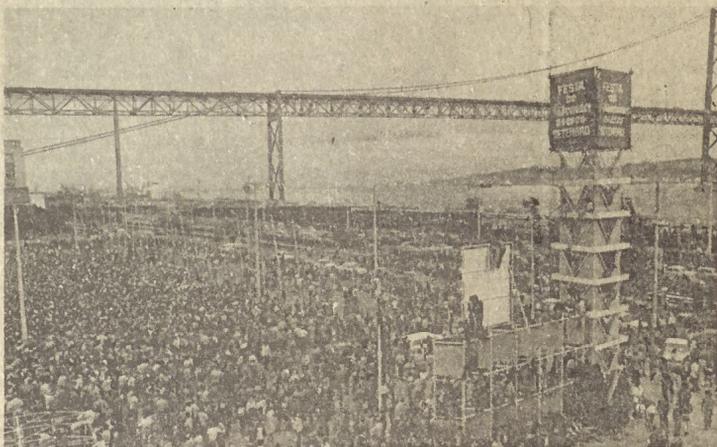
O novo CCT para os trabalhadores conservelros (sectores de molhos e salgados) foi considerado por um elemento da Comissão Negociadora Sindical "uma vitória para a classe, tendo em conta os condicionamentos sociais, políticos e legais com que se pretende afectar o Movimento Sindical unitário". O contrato cuja negociação foi demorada e levou os trabalhadores a greve, inclui tabelas salariais com efeitos retroactivos desde Janeiro findo e, entre outras regalias, são de sublinhar a redução do prazo

de vigência para 12 meses e a criação de refeitórios nas empresas.

Solidariedade em Portimão

A campanha pela reintegração da dirigente sindical Maria Luísa Ernesto continua a desencadear novas formas de solidariedade entre os trabalhadores de Portimão. A União Local dos Sindicatos promoveu uma recolha de fundos a nível distrital e circulam abaixo-assinados exigindo a reintegração daquela trabalhadora conservelra na Central de onde foi afastada pela repressão contra as liberdades sindicais e o seu exercício nas empresas. Os trabalhadores da Central têm apoiado com a sua luta a reintegração da companheira de trabalho.

A festa do «Avante!» é nos dias 8/9/10



No exterior da FIL, em 1976, o aspecto era este



Os camaradas Carlos Costa, Dias Lourenço, Álvaro Cunhal, Octávio Pato e Joaquim Gomes, do CC do PCP durante o comício que se efectuou na Festa do «Avante!», em 1976, na FIL



As realidades nacionais também não foram esquecidas e a exposição abrangendo toda a actividade



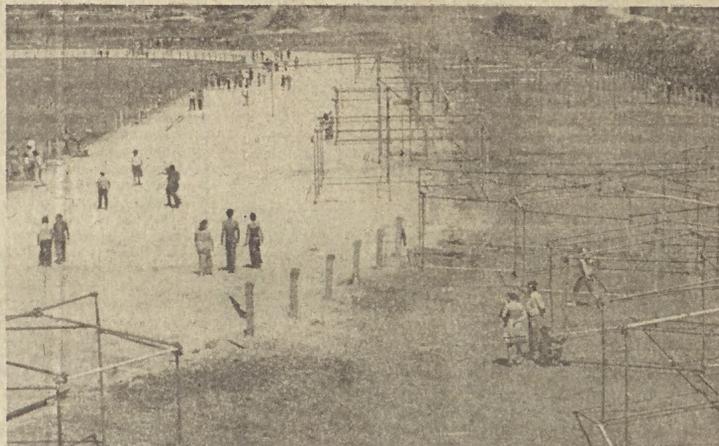
Quando os comunistas chegaram ao vale do Jamor o terreno encontrava-se neste estado



O trabalho militante que nunca foi negado tornou possível fazer a Festa do «Avante!» com a dimensão que cresce de ano para ano



Limpar o vale do Jamor do mato cerrado que o cobria foi um dos trabalhos a que centenas de camaradas se entregaram com determinação



Ao fim de algumas semanas e com bastante trabalho o recinto da Festa do «Avante!» apresentava já este aspecto

No Jamor espera-nos uma nova Festa do «Avante!»

Vai ser nos dias 8, 9 e 10 de Setembro. Vai ser uma Festa. Vai ser no Vale do Jamor. Vai ser a Festa do «Avante!»

A cidade que o ano passado foi organizada e construída por milhares de comunistas, por milhares de mãos trabalhadoras, onde a arte e a cultura ou o simples convívio teve lugar, vai renascer este ano, no mesmo local. Mas não a mesma. Será uma cidade nova, se possível mais brilhante e acolhedora, uma festa mais entusiástica. Mais numerosos ainda vão ser os seus habitantes de três dias, a uni-los uma fraternidade mais forte, uma alegria mais combativa.

E como sempre vai dar muito trabalho a erguer uma cidade assim, será com muito esforço que da imaginação se passará à prática e que dos alicerces se vão erguer as estruturas que no Jamor acolherão as centenas de milhares de visitantes que esperamos.

O trabalho está lançado. As comissões estão formadas. Agora cada camarada, cada organização do Partido definirá a sua tarefa e lançá-la na sua concretização. Organizar continua a ser o trabalho fundamental, distribuir as tarefas para que nenhum camarada que deva e possa ajudar fique de fora nesta grandiosa e sempre nova realização.

O trabalho está, por outro lado, facilitado. Temos a experiência de dois anos. Temos, concretamente a experiência do ano anterior, conhecemos, como se costuma dizer, o terreno. Sabemos quais as dificuldades que encontrámos, sabemos as que se irão repetir e as que podemos evitar. Porque criticámos as nossas insuficiências, porque avaliamos o esforço necessário para cada tarefa, estamos mais à altura de fazer o mesmo e de fazer ainda melhor.

Quanto amigos não se diz: "Isto como podia ter ficado...". Pois bem, a data aproxima-se, essa de pormos a imaginação e a organização a arrumarmos os espaços, damos à obra mais largas desbastamos aqui e ali os verificados iniciativas, aquelas que foram faltando da

E não ficaremos atónos, como da realidade exceder as esperanças.

Vamos, é claro, reanalisar sugestões, mãos à obra. Trazer à tona mais cam... Vamos fazer contas, com a economia... a audácia. Vamos preparar de trabalho... vamos aproveitar de cada e de cada... suas qualidades pessoais e poder

Vamos, com entusiasmo no Vale do Festa do «Avante!» ideá-la, veno... campanhas de emulação trazer de... mundo. O outro meio tem de vir.

Em Julho, nos terrenos bem conhecidos... começam os trabalhos na. Lá nos van... novo, entre a poeira, o sol. Alguns de n... acampar, nas ferramentas, nas meren... os momentos de repouso.

Estamos a pouco mais de meses da Fe... O tempo é suficiente tempo é pouco... imaginamos, já é pouco trabalho. Mãos



Com Miriam Makeba foi a presença do povo africano ainda submetido à repressão racista e ao neocolonialismo

Duas jornadas inesquecíveis

No próximo mês de Setembro, quando a Festa do «Avante!», a terceira, abrir as suas portas ao grande público, muitos milhares de pessoas recordarão, certamente, as duas primeiras Festas do órgão central do PCP, essas duas inesquecíveis jornadas de convívio, de unidade, de defesa dos ideais democráticos e progressistas, de solidariedade militante, de internacionalismo proletário, de cultura popular; essas duas vibrantes jornadas de alegria e combatividade; essas duas entusiásticas festas populares construídas passo a passo, pelo esforço abnegado, pela militância revolucionária e pela imaginação criativa dos comunistas, dos amigos e simpatizantes do Partido da classe operária portuguesa, de muitos democratas de outras tendências e ideologias. Duas jornadas que são a história da Festa do «Avante!», sonho antigo que se tornou realidade com o 25 de Abril. História breve, mas significativa.

«Um testemunho vivo das profundas raízes do nosso Partido»

Quem não se recorda da nossa primeira Festa? Desse «testemunho vivo das profundas raízes do nosso Partido na classe operária, nas massas populares, na juventude», tal como a definiu o camarada Álvaro Cunhal no decorrer do comício de encerramento, realizado no exterior da Feira Internacional de Lisboa (FIL), e em que estiveram presentes milhares e milhares de pessoas, homens, mulheres e jovens que durante três dias (24, 25 e 26 de Setembro de

1976) viveram em alegria e unidade a festa da vida e da confiança no futuro. O carácter de classe do Partido que a promoveu ficou bem patente em todos os pormenores, mais ou menos salientes, da nossa primeira festa. A capacidade da classe operária, o seu poder criativo, o seu trabalho e a sua acção e luta por uma vida melhor foi nota dominante em todos os recintos da FIL. Nos stands, nas grandes e pequenas iniciativas, nos momentos culturais e recreativos.

Quer o conteúdo das exposições de muitos dos stands, quer as paredes cobertas de palavras de ordem e belos motivos decorativos, quer os balcões, os palcos e as mais variadas estruturas da festa deixavam transparecer o labor entusiástico e voluntário de muitos camaradas e amigos, e a profunda ligação dos comunistas à vida, ao trabalho e à produção.

Mas os 50 mil metros quadrados de cor e alegria, que ganharam forma em três dias de convívio, traduziram também a imagem de que foram e são os comunistas, dos seus ideais, do porquê da sua certeza na vitória. Quem passou pelo stand do Comité Central do Partido testemunhou isso de forma particular, através de uma ampla exposição fotográfica e documental, onde se evocaram os aspectos mais salientes da vida do nosso Partido e da resistência dos comunistas e do Povo português durante a ditadura fascista.

muitos outros países do Mundo, estiveram presentes 25 delegações estrangeiras, representando a imprensa de partidos irmãos. Ali estiveram camaradas da URSS, RFA, Berlim-Oeste, França, Grécia, Itália, Noruega, Síria, Marrocos, Brasil, Chile, Uruguai, Bulgária, Checoslováquia, Cuba, Hungria, Vietnã, Jugoslávia, Polónia, Roménia, RDA, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. A Cidade Internacional foi força viva na Festa do «Avante!», força de solidariedade e internacionalismo.

Espectáculo e cultura não se dissociaram da primeira Festa do «Avante!». Antes pelo contrário, foram parte integrante da festa, foram motivo de entusiasmo e mobilização. Grande acontecimento cultural, a nossa primeira Festa proporcionou a milhares de pessoas momentos inesquecíveis de cultura e espectáculo, dessa maravilhosa arte de comunicar. Uma arte que queremos livre e interventiva. E que foi levada para a FIL pelas mãos de uma pianista polaca, pela música negra americana, pelos mais importantes cantores poetas e músicos portugueses, pelo folclore (desde o madeirense ao checoslovaco), por um mimo soviético, pelo grande compositor italiano Luigi Nono, por cantores cubanos, pelas imagens cinematográficas de Bibberman ou Eisenstein, etc.

De grande impacto foram, sem dúvida, as actuações de Francesca Solleville, Ludmila Sientchyna, Archie Shepp, grupo Oktoberklub, Anatoli Elyzavov, Sara González e Los Caña, Steve Waring, grupo Harmonia, conjunto Area, Grupo Canzonieri

Internazionale, Reel Union e grupo Jazenka, entre outros.

Também a música portuguesa foi nota saliente da nossa primeira Festa, através da presença (acolhida com enorme entusiasmo) dos artistas que mais consequentemente têm contribuído para a luta do Povo português pela liberdade e a democracia. Ao lado dos artistas estrangeiros, os artistas portugueses foram, na verdade, figuras centrais dos espectáculos da festa, quer pelo entusiástico acolhimento que receberam da assistência, quer pelo elevado nível das suas actuações.

Por intermédio de vários artistas, a maior parte dos quais bem conhecidos do público, passou pelos palcos da FIL a música que fez parte da luta de resistência contra a opressão fascista, a música de intervenção política que surgiu após o 25 de Abril com as suas canções de unidade e confiança, a música popular e folclórica de vários pontos do país e a música ligeira.

O circo e o cinema (este último com um Festival) também estiveram na Festa. Trinta televisores dispersos por diversos recantos da FIL, em circuito interno montado com o esforço dos camaradas da SIP, que trabalharam nesta tarefa durante duas semanas, proporcionaram aos visitantes imagens da Festa — a Telefesta —, testemunhos dos trabalhos de preparação e intervenções sobre o seu significado político. Graças ao circuito interno de TV, a multidão que não teve acesso ao exterior da FIL, pejado de gente no domingo, pôde, no entanto, assistir ao comício com o camarada Álvaro Cunhal. No dia 26, à noite,

a primeira Festa do «Avante!» fechava as suas portas a pensar na segunda Festa.

Em 3 de Outubro, o CC do Partido divulgava uma saudação aos organizadores e participantes da Festa, onde sublinhava o espírito fraterno, entusiástico e unitário dos muitos milhares de visitantes e o cunho genuinamente popular e internacionalista da jornada.

«E afinal, camaradas, foi possível»

«Todos nos lembramos de que, perante o êxito extraordinário da Festa do «Avante!» do ano passado, nos recusáramos a FIL para a Festa deste ano.

Como não existe em Lisboa outro recinto igual, julgáramos condenar-nos a uma festa de proporções mais reduzidas. Depois, quando nos decidimos por este vastíssimo campo, então completamente abandonado e cheio de matagais, houve quem dissesse: «não é possível».

E afinal, camaradas, foi possível. E não de proporções mais reduzidas, mas maiores. E foi possível assim, porque, em tudo o que depende do trabalho, da dedicação, do espírito de organização, da iniciativa, da imaginação criadora, do esforço colectivo, não há impossíveis para os trabalhadores e para o seu Partido».

de uma vulgar feira, sem instalações eléctricas, sem água, sem esgotos, sem caminhos, transformou-se, a pouco e pouco, numa pequena «cidade». Aplanou-se o chão, montaram-se instalações eléctricas, canalizações de água e esgotos. Nascia uma pequena «cidade» com «casas» que eram stands e pavilhões, com restaurantes, bares, palcos, torres, ruas, parques, etc. Uma «cidade» construída a pensar no futuro, pelas mãos de quem luta por uma vida melhor para todos os trabalhadores, por uma sociedade a caminho do socialismo.

Um espaço 25 vezes maior do que um campo de futebol foi o palco da segunda Festa do «Avante!». Um espaço que permitiu a realização de novas iniciativas, novos atractivos para uma jornada que se afirmava, a exemplo de 1976, como a mais importante manifestação cultural e artística do país.

Tinham-se feito planos e previsões. Todos eles foram superados. A festa de 1977 ultrapassou em todos os aspectos aquilo que seria de esperar. Houve mais trabalho. Mais imaginação. Mais esforço. As próprias condições do Vale do Jamor e a vontade de fazer melhor implicaram o redobrar do trabalho, da imaginação e do esforço. Muitos fins-de-semana, muitas horas de trabalho voluntário proporcionaram que a segunda Festa do «Avante!» fosse melhor que a primeira.

Mais de meio milhão de portugueses — tantos foram o que se calcula terem passado pelo Vale do Jamor — participaram na maior, na mais espectacular, na mais rica e na mais completa iniciativa de massas jamais realizada no país. Meio milhão de portugueses que foram ao encontro de um

variadíssimo programa cultural, recreativo e político.

Houve de tudo no Vale do Jamor, durante os dias 9, 10 e 11 de Setembro de 1977. De dia ou de noite, à luz do sol ou dos projectores, mas sempre perante o calor humano de muitos milhares de pessoas, os espectáculos desenrolaram-se sem abrandamento de entusiasmo por parte do vasto auditório. Da música tradicional da Checoslováquia à música popular, apresentada pelos Mala Musika e pelos Fairport Convention; das palavras de amor e de verdade da África à voz resistente do Chile, trazidas pela grande Miriam Makeba e pelos Nuevos Tiempos; do entusiasmo e da vivacidade da juventude da RDA e da Irlanda, trazidos pelos Forum e pelos Sands Family, ao cancionero da Revolução apresentado pelos italianos do Il Contemporáneo; do grande «show» soviético do Conjunto de Ivan Surjikov; da música folclórica húngara da orquestra cigana de Sandor Lakatos ao jazz do conjunto Hagaw da Polónia; das canções revolucionárias de Angola, cantadas por Roberto, à música búlgara interpretada pelo Quarteto; Bulgária e por Tania Ivanova; da música grega dos Tambourá à voz de combate do argentino Enrique Llopis — tudo isto foi parte do espectáculo inesquecível da Festa do «Avante!» do ano passado.

Um espectáculo que, à semelhança do da primeira Festa, contou com a viva participação de diversos artistas portugueses, uns já consagrados outros mais jovens.

Pela segunda vez, a Festa do «Avante!» tornava possível a actuação

simultânea, para milhares de pessoas, dos mais destacados conhecidos e cantores João Hoga, artistas e cantores portugueses, comunicadores e não comunistas.

Mas a festa não ficou apenas em espectáculos musicais. Centenas de stands espalhados pelas diversas ruas do Vale do Jamor, a Cidade dos Pioneiros do Escritor, numerosas sessões de debate sobre temas culturais, cinema, pedagógicos, e a Cidade do Livro e Pedagógicos, Disco, a Cidade da poesia, ensaio, Juventude, o crítico, a crítica. A pa-tómbola, dezenas de outros divertimentos, colóquios, xadrez (com a presença do jovem mestre soviético Oleg Romanishin, campeão juvenil da Europa, medalha de ouro das Olimpíadas Estudantis, campeão de Europa por equipas proletário, o dentro e fora da Internación e internacionalistas encontravam numerosas estrangeiras. Volinov, comandante das missões espaciais «Soyuz-5» e «Soyuz-21» e Herold URSS, do escritor Hermann Hauser e do pintor Hermann Kunh (da Roménia) — foram ainda nomes salientes da segunda Festa do «Avante!».

A presença das artes plásticas e da literatura também motivo de interesse para milhares de visitantes, muitos dos quais apreciaram pela primeira vez (e em local inédito) certame com obras de pintura, desenho, gravura e escultura.

Em 15 de Setembro, a Comissão do Partido de Lisboa, nota sobre o profundo conhecimento da pintura, desenho, gravura e escultura. Além de ter proporcionado o importante contacto entre o artista e a política do Partido, a exposição de artes plásticas que esteve patente no Vale do Jamor foi uma das mais significativas jornadas de divulgação das artes plásticas realizadas no nosso país. Ao todo foram apresentados 500

9/10 de Setembro no Vale do Jamor



...branger todos os sectores de



No palco da festa uma presença internacionalista: um conjunto chileno



Uma grande exposição de artes plásticas englobando numerosos artistas portugueses esteve presente na II Festa do «Avante!»

ate!»

...a dizer: "Isto afinal não está ... Pois bem, o ano chegou, ... de pormos em prática o que ... arrumarmos melhor os nossos ... mais largas do que demos, ... os verificamos, promover mais ... faltado da outra vez.

...se, como das outras vezes, ... esperanças.

...r, levantar sugestões, decidir, meter ... mais camaradas e amigos. ... de economia mas também com ... de trabalho, definir horários, ... de cada e de cada amigo o que as ... sionais podem dar de melhor.

...no Vale do Jamor, uma nova ... deá-la, vender EP's, lançar ... as trazer depois à festa meio ... de vir.

...os não bem conhecemos do Jamor, ... de lá. Lá nos vamos encontrar de ... pl. Alguns de nós pensam já em ... nam, nas merendas que animam ...

...is de meses da Festa do "Avante!". ... as tempo é pouco para tudo o que ... trabalho. Mãos à obra!



...mo



Os Pioneiros, uma presença que não podia faltar na Festa do «Avante!»



Dézenas de milhares de pessoas que se estendiam por todo o terreno assistiram ao grandioso comício realizado no Jamor, em 1977



Dézenas de milhares de pessoas que se estendiam por todo o terreno assistiram ao grandioso comício realizado no Jamor, em 1977

A EP já está à venda!

A EP vai, como das outras vezes, «invadir» o país inteiro, chegar aos cantos mais longínquos, lá onde o Partido está organizado, nas fábricas, nas cooperativas, nas escolas, nos Centros de Trabalho. Pelas mãos dos militantes, a EP vai ser vendida, está a ser vendida já, a ser solicitada por camaradas, amigos, simpatizantes, por todos enfim que desejam repetir a experiência dos anos anteriores.

Mas não se trata apenas de repetir uma experiência. E os que o ano passado visitaram o Jamor, sabem que a imaginação dos comunistas pode sempre produzir coisas novas. E a EP — o cupão de entrada permanente — vai permitir aos que se lembram do ano passado a entrada na festa durante os três dias que ela vai durar. E também, porque não?, ser comprada por muitos que hoje lamentam não terem vivido connosco as jornadas de Setembro passado.

Pois a EP é para ser vendida a todos. Aos que já nos conhecem e aos que ainda nos não conhecem. A todos, mesmo aos

que ainda — por efeito da propagação anticomunista — nos olham com certa estranheza. A EP é também para ser vendida àqueles que afinal esperam uma oportunidade de convívio de que se mantiveram até hoje afastados.

Para além da facilidade que a EP concede — o facto de não ter de comprar bilhete sempre que se quer entrar no vasto recinto da Festa, impossível de apreciar num só dia — a EP ainda dá direito, como de resto nos vêm acostumando, aos já célebres brindes, cujos sorteios estão este ano previstos para os dias 30 de Junho, 4 de Agosto e para um dos dias da Festa, 9 de Setembro.

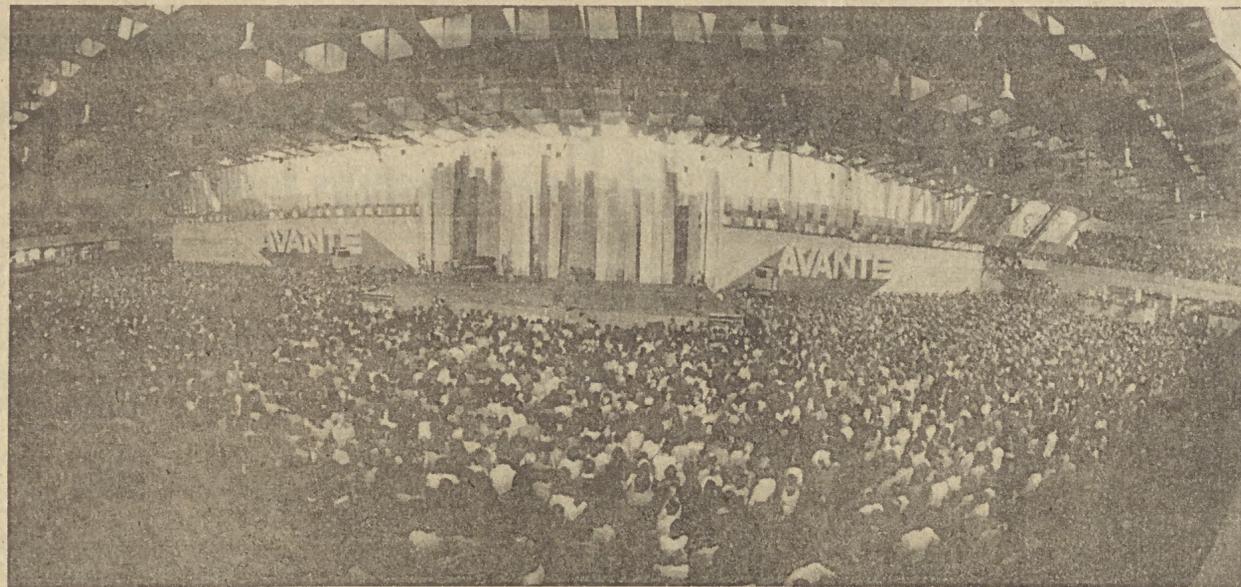
Não são razões bastantes para correr a comprar a nossa EP? Pensamos que sim. Razão também para que cada camarada solicite através da sua organização mais umas tantas EPs. Para vender aos camaradas de trabalho, aos amigos, aos familiares, aos vizinhos! E que ninguém perca o entusiasmo quando, ao tentar vender uma EP, o camarada responde: «Não, amigo, também ando a vendê-las...»



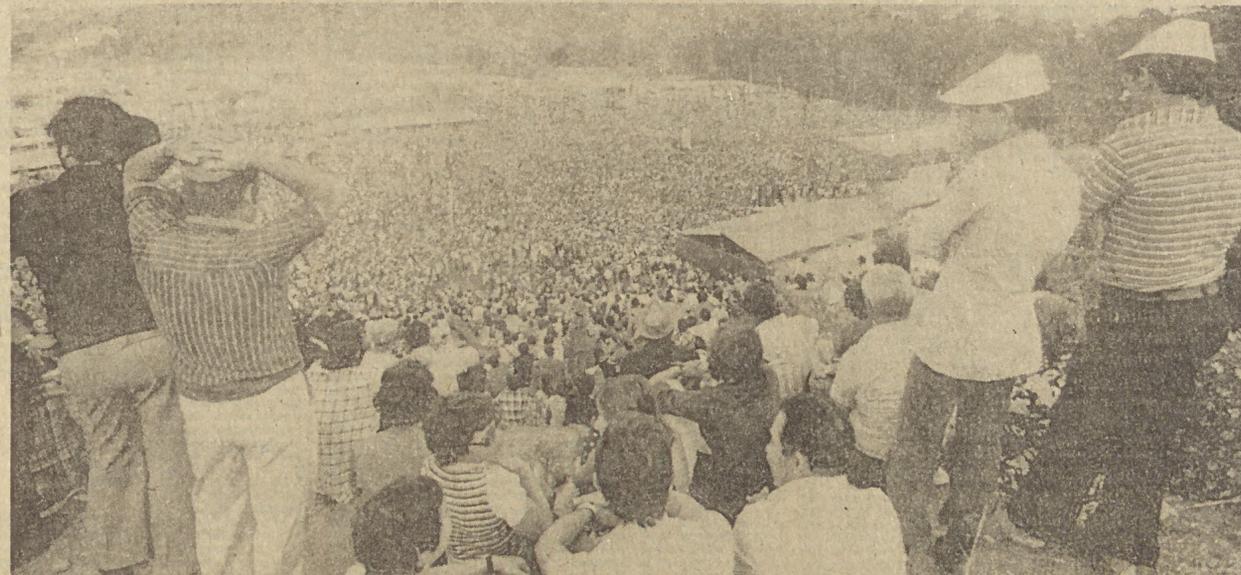
Os três dias de Festa compensaram largamente o trabalho e o esforço dispendido por todos



Os três dias de Festa compensaram largamente o trabalho e o esforço dispendido por todos



O pavilhão da FIL, durante a primeira Festa do «Avante!». Milhares de pessoas assistiram ao espectáculo que ali decorreu quase ininterruptamente



Impossível descrever a multidão que acorreu ao Vale do Jamor, no ano passado. Apenas a gravura dá uma amostra que mesmo assim fica bastante longe da realidade



O cosmonauta Volinov, um dos convidados da última festa do «Avante!», cumprimentando o camarada Dias Lourenço



A Cidade Internacional foi o ponto de encontro dos trabalhadores portugueses com a luta e a realidade de outros povos

trabalhos, tendo sido destacadas as obras de João Hogan (pintura), Bartolomeu Cid (gravura) e Jorge Vieira (escultura). Simultaneamente, realizaram-se diversos debates públicos com a presença de artistas e críticos de artes plásticas.

Por seu turno, a Célula dos Escritores da DORL organizou uma grande exposição de livros técnicos, científicos, pedagógicos, de ficção, poesia, ensaio, teatro e crítica. A par do certame, efectuaram-se vários colóquios, nomeadamente, sobre o papel do escritor na Revolução.

Aos três dias de festa corresponderam também três dias de internacionalismo proletário, que se viveu dentro e fora da Cidade Internacional, onde se encontravam stands de numerosas delegações estrangeiras. Entre outros, estiveram representados na festa os seguintes países: URSS, Bulgária, Checoslováquia, Cuba, Hungria, Jugoslávia, Mongólia, Polónia, RDA, Roménia, Angola, Moçambique, Guiné, RFA, Dinamarca, França, Berlim-Oeste, Grécia, Holanda, Itália, Argentina, Chile e Uruguai.

Em 15 de Setembro, a Comissão Política do CC do Partido divulgava uma nota sobre o significado profundo da Festa do «Avante!», onde se referia que a jornada tinha constituído «uma expressão da natureza de classe, dos objectivos, do estilo de trabalho e da política do PCP» e «uma manifestação de apoio de massas às inactivas e propostas políticas» do Partido.

Tal apoio será, estamos certos, repetido na terceira Festa do «Avante!».

Semana

17

Quarta-feira

1974 - O I Governo Provisório fixa o salário mínimo nacional em 3700\$00.

As Comissões de Trabalhadores e os delegados sindicais da Rodoviária Nacional aprovam, em plenário, o plano de desenvolvimento a médio prazo apresentado pelo conselho de gerência. Foram apresentadas diversas propostas de emenda. «Temos de ser generosos» afirma o primeiro-ministro Mário Soares, quando chegou de Dacar, referindo-se ao eventual regresso de Américo Tomás. Acrescenta ainda: «Eu, várias vezes falei com o presidente da República acerca dessa matéria e tinha-se estabelecido um consenso acerca disso.» A União dos Sindicatos de Portimão inicia uma campanha de solidariedade para com os trabalhadores conservadores da «Concentral», em greve pela reintegração da dirigente sindical Maria Luísa Ernesto.

18

Quinta-feira

1976 - O PCP anuncia a candidatura de Octávio Pato às eleições presidenciais.

A chamada Federação das Associações de Agricultores do Alentejo, órgão ligado à CAP, informa que o «corte de abastecimento de víveres aos centros urbanos» será um dos pontos discutidos no plenário da CAP, no dia 21, em Albergaria-a-Velha. Em Lisboa, abre a «Feira do Livro», atraindo muita gente à Avenida da Liberdade. Na Fundação Gulbenkian, começa o primeiro Encontro Nacional dos Professores de Filosofia, promovido pela Associação Portuguesa de Filosofia. Mais de 180 000 trabalhadores da construção civil paralisam aderindo à greve nacional convocada por 49 organizações sindicais. O índice de adesão rondou os 90% e a luta dos trabalhadores da construção civil tem por fim a negociação do COTV, cuja proposta foi apresentada em Maio de 1975 mas que o patronato se tem recusado a negociar.

19

Sexta-feira

1954 - Catarina Eufémia, camponesa alentejana, é assassinada em Beja pelas forças repressivas do fascismo.

A Presidência da República informa que o conselheiro da Revolução, major Melo Antunes, se encontra em Angola como «enviado pessoal» presidente Ramalho Eanes. Os dirigentes do PCP, CDS e PPD/PSD são recebidos em Belém pelo Presidente da República. No mesmo dia o Primeiro-Ministro, Mário Soares recebeu também pelo general Rámalho Eanes. Na sessão do Conselho Português para a Paz e Cooperação efectuada no Teatro da Trindade é lida uma mensagem do secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim. Começa na Covilhã, com a presença de cerca de 250 delegados e dezenas de convidados nacionais e estrangeiros o segundo Congresso dos Trabalhadores Têxteis. Num comício no Porto, Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP advertiu para o montante da dívida externa portuguesa que, no fim do ano, deverá vir a atingir os 300 milhões de contos.

20

Sábado

1498 - Vasco da Gama chega a Calicut, descobrindo o caminho marítimo para a Índia.

Em Almada, temam posse os membros do Conselho Municipal, no decorrer de uma cerimónia realizada nas instalações da SFUAP, na Cova da Piedade. Na Voz do Operário, o plenário da Aliança «Povo Unido» eleger a Comissão Conciliadora de Lisboa e a Comissão Coordenadora, ao mesmo tempo que debate os principais problemas do concelho. Os ministros da Agricultura e Pescas e dos Transportes e Comunicações visitam Portimão. São anunciados importantes investimentos para as obras daquele e outros portos algarvios. Os agricultores do concelho de Silves participam numa reunião promovida pela respectiva Liga e na qual definem as principais reivindicações para que a produtividade da terra seja uma realidade. Os trabalhadores do sector da indústria e comércio farmacêuticos decidem, em plenário, fazer uma greve nacional no próximo dia 1 de Junho, exigindo a publicação da PRT já elaborada pelo Ministério do Trabalho.

21

Domingo

1971 - Os operários da «Ford», na Azambuja entram em greve por melhores salários. Operários de várias fábricas de Cabo Ruivo e Sacavém entram também em greve.

Parte para uma viagem de doze dias ao Brasil, Venezuela e Estados Unidos o Presidente da República, general Ramalho Eanes. Durante uma escala técnica de três horas, no aeroporto da ilha do Sal, o Presidente encontra-se com o Presidente da República de Cabo Verde, Aristides Pereira. A CAP, numa atitude provocatória, corta as estradas de Albergaria-a-Velha durante algumas horas. A provocação registou-se após o encontro dos grandes latifundiários que ali se realizou. Em Beja, o Secretário-Geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, participa na homenagem à memória de Catarina Eufémia. No discurso proferido Álvaro Cunhal adverte que será «um erro considerar que passaram os perigos contra a Reforma Agrária». Sá Carneiro participa no comício que, no Campo Pequeno, assinala o 4.º aniversário da criação do PPD/PSD. Muitas das figuras destacadas daquele partido e seus fundadores não compareceram. Entretanto, transvazaram os ataques constantes ao Conselho da Revolução e aos partidos progressistas. Um dos «slogans» dizia: «Toma conta disto, Francisco» numa alusão ao regresso de Francisco Sá Carneiro à chefia do partido e não só.

22

Segunda-feira

1975 - O PS abandona o IV Governo Provisório.

Um sismo de fraca intensidade é registado na Estação Sismológica da Arrábida. O epicentro teve uma intensidade de grau 4 e localizou-se no Alentejo. O Presidente Ramalho Eanes chega à capital do Brasil depois de, no dia anterior, ter desembarcado no Rio de Janeiro. Um vespertino lisboeta admite a hipótese do presidente norte-americano se deslocar a Lisboa quando da assinatura do acordo sobre a base das Lajes, a realizar, provavelmente, em Julho.

Os Comunistas na Assembleia da República

Prioridade ao combate à ideologia fascista

O Primeiro-Ministro do Governo PS/CDS fez ontem uma comunicação à Assembleia da República durante a qual propôs aos deputados uma reflexão sobre a autoridade do Estado democrático. No decorrer da sua comunicação, Mário Soares afirmou nomeadamente que a República não pode fechar os olhos por mais tempo à propagação desordenada dos ideais fascistas, racistas e colonialistas.

O Primeiro-Ministro pediu ainda como primeira prioridade a aprovação na especialidade e até 15 de Junho dos dois projectos — um do PCP e outro do PSD — sobre as organizações que perfilham a ideologia fascista.

A última semana parlamentar teve os seus principais temas, aqueles que mais mobilizaram as atenções dos deputados e a opinião pública em geral, tratados no período de antes da ordem do dia.

No momento em que a Assembleia prosseguiu a discussão do eventual regresso, sem julgamento, de Tomás, assumiu particular relevo a aprovação, por maioria — com a abstenção do CDS — de um voto de sentida e solene homenagem

à memória de Catarina Eufémia. Este voto, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, foi aprovado precisamente no dia em que passava o 24.º aniversário do assassinato desta heróica camponesa alentejana e militante comunista.

O texto do voto proposto pelo PCP e aprovado pela maioria da Assembleia da República é o seguinte:

Considerando que o assassinato da camponesa alentejana Catarina Eufémia, consumado faz hoje 24 anos, representa a brutalidade e desumanidade do regime fascista;

Considerando que Catarina é assim um símbolo da resistência antifascista, e da luta do povo português pela liberdade, pela democracia, por melhores condições de vida;

A Assembleia da República evoca e presta sentida e solene homenagem à memória de Catarina Eufémia.

Sabendo-se como se sabe quão pressurosos são os deputados do PS e do CDS em saírem em defesa da sua "dama governamental" quando as bancadas da oposição tecem críticas à sua actuação, e verificando-se

o silêncio com que a intervenção de Jaime Serra foi acolhida, uma pergunta fica no ar: reconhecem os partidos da coligação governamental que a política externa portuguesa não tem vindo a trilhar os rumos definidos na Constituição da República?

De qualquer forma, Jaime Serra formulou algumas críticas concretas que deveriam merecer, ou da parte do Governo ou da parte dos partidos da coligação, esclarecimentos à Assembleia da República e ao povo português. E desde logo, uma delas consiste na passividade do Governo perante os actos conspiratórios e difamatórios que, em território nacional, se organizam e desenvolvem contra as ex-colónias portuguesas e, nomeadamente, contra a República Popular de Angola e a República Popular de Moçambique.

Outras questões relevantes abordadas na declaração política do deputado comunista, para além das relações com os novos países africanos, foi a questão da integração de Portugal no Mercado Comum e a participação de Portugal na NATO.

Aterações do PCP à lei do arrendamento

A Lei do Arrendamento Rural, aprovada no Verão parlamentar de 1977 e integrando o bloco da contra-revolução legislativa, tem vindo a constituir um perigoso incentivo da ofensiva dos senhorios ricos contra os rendeiros. Por isso é esta lei também designada muito justamente por «lei dos senhorios ricos».

Tal facto tem originado que muitos milhares de rendeiros e respectivas organizações tenham vindo a manifestar a sua discordância em relação à Lei, denunciando mesmo junto da Assembleia da República actos atentatórios dos seus interesses dos interesses, nacionais, praticados ao abrigo da Lei 7677, quer pela aproveitamento das possibilidades que o seu texto abre à concretização de tais actos, quer ainda forçando interpretações ilegais da lei.

Para obviar a tal situação, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou recentemente à Assembleia da República um projecto de lei, que recebeu o número 114/1. Este texto,

alterando algumas das disposições da lei em vigor, adopta reivindicações fundamentais dos rendeiros, indo ao encontro das suas preocupações mais urgentes — disse-nos o deputado do PCP Vítor Louro, o Presidente da Comissão Parlamentar de Agricultura e Pesca.

O projecto de lei apresentado pelo PCP propõe a alteração aos artigos 18.º, 19.º, 21.º, 23.º, 28.º, 29.º, 30.º e 44.º, e introduz dois novos artigos, tudo com o objectivo, conforme acentuou Vítor Louro, de dar mais segurança aos rendeiros.

Comparando o texto actual da lei com as alterações propostas pelo PCP, sublinhou Vítor Louro: «Na actual lei, o senhorio para despedir o rendeiro, precisa apenas de avisar em certas condições. O rendeiro só pode obter ao despedimento se este puser em grave risco a sua subsistência, e tem que ser ele a pôr a acção no tribunal para a provara. No caso do artigo 19.º, que prevê a denúncia do contrato pelo senhorio para ele

próprio ou os seus familiares passarem a explorar directamente os prédios arrendados, o rendeiro nem dispõe dessa facilidade. O mesmo se passa com o artigo 23.º, no caso de morte do senhorio.

Por semelhança com o artigo sobre terras abandonadas e subarrendadas da Lei 7777 — disse-nos Vítor Louro — o rendeiro, na alteração proposta pelo PCP, tem de ser avisado e só pode ser despedido no caso de, ao fim de um ano, essa alegada situação não tenha sido corrigida.

Um dos artigos aditados no projecto de lei do PCP visa tornar claro que a contagem dos prazos previstos na lei só se inicia no ano agrícola de 77/78, uma vez que, quando os rendeiros tomaram de renda os prédios, a lei que então vigorava era outra, que mais justamente respeitava os interesses de quem trabalha a terra — acrescentou Vítor Louro, a propósito do novo artigo 6.º-A.

Depois de nos ter afirmado que o mesmo se passa relativamente à alteração proposta para o artigo 44.º, que clarifica que a Lei 7677

só se pode aplicar à forma de tramitação dos processos judiciais em curso à data da sua aplicação, uma vez que eles têm de ser julgados na base da lei que existia quando foram introduzidos, isto é, o Decreto-Lei 201/75, Vítor Louro acentuou:

Esta alteração torna-se necessária porque algumas autoridades vinham aplicando ou ameaçando aplicar a nova lei aos processos antigos, o que seria, além do mais, um grave passo para criar e alimentar a instabilidade entre os cidadãos, que nunca mais saberiam a lei por que iriam ser julgados — se a lei que existia quando cometeram a alegada falta, se uma outra que apareceu mais tarde.

Com a alteração proposta ao Artigo 30.º da Lei do Arrendamento, o PCP propõe o respeito pela capacidade de iniciativa dos agricultores parceiros. Disse-nos a este respeito Vítor Louro:

O actual Artigo 30.º da lei obriga a manterem-se os

contratos de parceria agrícola ou mistos de arrendamento e parceria até à publicação de legislação específica, que tarda em ser aprovada. Curiosamente, o Artigo 34.º permite que por declaração expressa do rendeiro à comissão concelha de arrendamento rural, o contrato de parceria se transforme em contrato misto. O que os agricultores parceiros justamente perguntam é por que razão podem tomar a iniciativa de fazerem um contrato misto e já não podem fazer um contrato de arrendamento puro.

Finalmente, o novo Artigo 50.º-A do PCP destina-se a desencorajar aqueles senhorios que têm conduzido acções violentas contra os rendeiros. Se este artigo for aprovado, os responsáveis por essas acções ficarão sujeitos, além de outras sanções aplicáveis nos termos da lei geral, a uma multa entre dez e cem contos — disse-nos a terminar o deputado comunista Vítor Louro.

Intervencões

«A anunciada permissão do regresso de Américo Tomás nunca significará a absolvição da ditadura fascista»

(...) O voto apresentado pelo PCP não se confunde nem pela forma nem pelo conteúdo com os outros votos apresentados na mesma reunião plenária e em relação aos quais é pertinente a invocação da clássica norma constitucional.

O voto do PCP não infringe o princípio da separação de poderes, nem invade a área de competência de qualquer outro órgão de soberania.

O voto do PCP é uma proposta política que se confoma em absoluto com a Constituição e com as atribuições e competência da Assembleia da República.

É uma proposta política que visa propor a participação à Assembleia da República a tomada de uma posição de inequívoco repúdio ante o eventual regresso, sem julgamento, de Américo Tomás a terra portuguesa, pelos perigos que comportaria como mais um estímulo a actividades de desestabilização e golpistas dos inimigos do regime democrático.

É uma proposta política que visa propor a participação à Assembleia da República uma atitude que esclareça que a anunciada permissão do regresso de Américo Tomás nunca significará a absolvição da ditadura fascista e dos seus principais responsáveis e mais ainda, a proclamação pelos representantes do povo que usará de todos os seus poderes constitucionais para que não fiquem impunes os crimes do regime fascista que, durante quase meio século, oprimi sem piedade o Povo português.

Lamentamos que os demais grupos de parlamentares, não sejam, não possam, ou não se sintam preparados para discutir esta proposta política. Lamentamos que os demais grupos de parlamentares se recusem a abordar o fundo da moção com que os confrontamos. (...) É grave que isto aconteça, e aconete aqui na Assembleia da República, quando é precisamente a defesa do Estado democrático que está em causa.

Portugal na NATO é sabido como o PCP, após o «25 de Abril», sempre considerou com extrema ponderação a sua existência e participação no problema a ser resolvido isoladamente, mas sim no quadro mais largo do processo do desenvolvimento, da segurança e cooperação internacionais.

Por isso mesmo, o PCP vê com iniquitacion a expressão dos termos com que alguns meios de participação de Portugal na NATO, julgando necessário chamar a atenção dos patriotas portugueses para a ligação desta participação a exigências relativas à política interna do País, para as excessivas despesas resultantes dessa participação, para a intervenção de milhares estrangeiros na orientação e direcção de tropas portuguesas, para pressões resultantes da presença de bases estrangeiras no território português, para declarações de altos dirigentes da NATO no sentido do envolvimento cada vez maior de Portugal em planos agressivos do imperialismo.

(...) Também a política do Governo PS/CDS em relação aos novos países africanos, não é a que melhor serve os interesses portugueses, nem corresponde a exigências constitucionais que mandam manter «laços especiais de amizade e cooperação com esses países».

Cedendo à pressão do imperialismo e às exigências daquelas forças que em Portugal continuam a sonhar com a recuperação dos velhos privilégios perdidos com a «Revolução do 25 de Abril», o Governo continua a bloquear o estabelecimento e desenvolvimento de relações de amizade e cooperação com os novos países africanos que se libertaram do colonialismo português, nomeadamente com a República Popular de Angola e com a República Popular de Moçambique.

(...) Passados quase quatro meses de existência do Governo PS/CDS, nenhuma iniciativa de relevo foi tomada para inserir a política africana de Portugal nos princípios constitucionais que mandam estabelecer, manter e desenvolver laços especiais de amizade e cooperação com os novos países africanos.

(...) O Governo permite que as forças da reacção, do antigo colonialismo e do fascismo, ligados intimamente ao imperialismo, se sirvam do território nacional para daqui lançarem os seus ataques contra os novos países africanos, infringindo todas as regras internacionais.

Permite que os órgãos de comunicação social, incluindo os nacionalizados, deem ampla cobertura às campanhas de calúnias e de desinformação sobre a situação nesses países africanos.

O Governo permite que organizações fascistas como a UNITA e a FNLA e movimentos fanatizados pseudo-moçambiqueiros actuem em plena liberdade no recrutamento de mercenários e na preparação de novos ataques e provocações a Angola e Moçambique.

(...) É tempo de o Governo entender que a continuação de uma posição hostil de que o aspecto mais grave é a transformação de

analfabetos, não podia deixar passar esta oportunidade sem que, em nome de muitos trabalhadores trouxesse aqui a sua inquietação por não serem até hoje, passaram que são quatro anos da Revolução de Abril, este gravíssimo problema resolvido, ou em vias de resolução. (Manuel Moita, em 16/5/78).

É imperioso que o Governo altere a sua política e tome as iniciativas indispensáveis para restabelecer aos olhos dos povos africanos a imagem do Portugal de Abril, do Portugal democrático, fraterno e cooperante, no interesse dos povos dos países africanos, e no interesse da Paz, da Amizade e da leal colaboração internacional. (Jaime Serra, em 18/5/78)

Faz precisamente hoje 24 anos, que naquele dia 19 de Maio, o silêncio das campainhas alentejanas foi interrompido pelo matraquear de uma metralhadora.

Saiu de detrás de um mofo de favas, onde tinha sido colocado às ordens do agrário Fernando Nunes, o tenente Carralho assassinado covardemente — por pedir pão e trabalho — a valerosa camponesa alentejana Catarina Eufémia.

Saludo a todos os trabalhadores portugueses, homens e mulheres e jovens, prestamos homenagem àquele que foi um símbolo de resistência ao fascismo. (Manuel Moita, em 19/5/78)

A eliminação do analfabetismo é um aspecto da efectivação de um conjunto de direitos e liberdades fundamentais: a liberdade de aprender, o direito à Educação, a Cultura e ao Ensino. Mas não só; é também um elemento que, pelo menos indirectamente, condiciona, entre outros factores, uma plena efectivação da liberdade de expressão, do direito à informação, da liberdade de consciência. (Manuel Guimarães, em 16/5/78).

Como trabalhador agrícola, sector onde o analfabetismo existe sentir, maior número de

(...) O «Encontro das Organizações do PCP sobre os Problemas da Educação e Ensino» avançou propostas que são para confrontar, discutir, desenvolver e aprofundar. De entre outras, chamarei a atenção para as seguintes: urgência do lançamento de um plano nacional de alfabetização; começo efectivo de implantação de rede pública de educação infantil, a partir da definição de prioridades sociais e regionais; efectivo cumprimento da escolaridade obrigatória; correcção das desigualdades dos regimes de funcionamento do ensino primário; consolidação da unificação do ensino secundário, no quadro do alargamento da escolaridade básica; combinando a formação geral e a formação política e técnica; reestruturação dos cursos complementares do ensino secundário orientando-os simultaneamente para o acesso ao ensino superior e para uma formação profissional especializada; adaptação do ensino secundário nocturno às características e potencialidades das populações do interior que requeram a aprovação no ensino e desenvolvimento das

(...) A não-participação no Conselho Municipal de Lisboa de representantes de vastas camadas da população tornará, assim, inviável que o Conselho possa cumprir cabalmente os seus objectivos legais, possa contribuir, com eficiência e justiça, para a prossecução dos interesses próprios da população de Lisboa. (Cavaleira Antunes, em 12/5/78).

Têm sido levantadas crescentes dificuldades na sua aprovação pelo Conselho Municipal de Lisboa de uma legítima função de

O desemprego ameaça os trabalhadores da «Oliveira»

Apesar de todos os direitos adquiridos depois do 25 de Abril, milhares de trabalhadores vivem em constante sobressalto pelo risco de desemprego. Nestas condições se encontram os 2400 trabalhadores da Oliveira e seus familiares e o Governo não tomar medidas concretas e urgentes, continuando desta forma a degradar-se a economia nacional. (Ercília Talhadas, em 12/5/78).

Siderurgia Nacional

(...) Têm sido levantadas crescentes dificuldades na sua aprovação pelo Conselho Municipal de Lisboa de uma legítima função de



Com um Conselho Municipal bem representativo da população estreitam-se mais os laços que a ligam aos órgãos de poder local

Reunião no Porto CUM's do Norte apelam ao reforço da luta contra a carestia

Durante cerca de cinco horas, mais de trezentas mulheres representando a quase totalidade das Comissões Unitárias de Mulheres existentes no Norte do país fizeram um balanço da actividade desenvolvida e definiram as tarefas e objectivos que se colocam àquelas organizações unitárias.

As conclusões do Encontro, efectuado no domingo na sede do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito do Porto, apontam para a intensificação da luta contra a vida cara, da luta pela resolução dos problemas locais e da unidade na acção concreta de todas as mulheres por melhores condições de vida.

Na primeira parte da reunião, foram apresentadas vinte e dois relatórios que divulgavam experiências da acção desenvolvida pelas CUM's em diversas localidades dos cinco distritos do Norte, retiravam ensinamentos das pequenas e grandes iniciativas, traduziam a crescente participação das mulheres na luta popular, através de grandes assembleias; de concórridas; manifestações populares em numerosas cidades e vilas, com realce para a maior manifestação de mulheres realizada no nosso

país, a jornada de 8 de Abril no Porto, que contou com a participação de largas dezenas de milhar de pessoas. Como salienta o documento final do Encontro, através de reuniões abertas, de abaixo-assinados e moções, de inquirições que recolheram milhares e milhares de testemunhos, de concentrações e contactos directos com os órgãos de poder, das mais variadas formas, as CUM's deram forma e expressão aos mais vivos anseios das mulheres por uma vida mais feliz e mais próspera.

Alicerçadas na valiosa troca de experiências efectuada e na viva e rica discussão colectiva entre as participantes que enchem completamente a sala do Sindicato — onde também funcionou uma creche que acolheu setenta crianças — as conclusões do Encontro das CUM's do Norte realçam a sua disposição de intensificar a luta contra a carestia; promover uma ampla discussão, informação e esclarecimento em torno do aumento do custo de vida; lutar contra o acambramento, a especulação e os grandes intermediários; procurar por todas as formas o contacto e diálogo com os órgãos de poder. Simultaneamente, as CUM's do Norte procurarão reforçar o trabalho visando a resolução dos problemas locais; intensificar a ligação às organizações populares; reforçar a unidade das mulheres em torno da luta por melhores condições de vida e pela concretização dos seus justos anseios; ampliar a colaboração entre as CUM's do Norte; defender a liberdade, a democracia e a Constituição da República. Durante o Encontro foram ainda aprovadas várias moções, entre as quais salientamos a que propõe a criação de um Boletim Informativo das CUM's do Norte e a que repudia a falta de apoio das autarquias locais e a atitude repressiva do Governador Civil do Porto que não autorizou a realização do Encontro no Liceu Rodrigues de Freitas, não obstante o respectivo Conselho Directivo ter cedido aquelas instalações.

APU analisou em Lisboa os principais problemas que afectam o concelho

Para eleição da Comissão Concelhia de Lisboa e respectiva Comissão Coordenadora, realizou-se no passado sábado em Lisboa, na Voz do Operário, o primeiro encontro concelhio da Aliança Povo Unido (APU).

Durante os trabalhos, em que participaram mais de trezentas pessoas entre eleitos e apoiantes do «Povo Unido», foram igualmente debatidos alguns dos principais problemas com que se debate a população do concelho.

A vasta gama de temas levantados pelos participantes, que foram desde a existência dos bairros de lata à falta de transportes, saneamento básico, habitação social, construção clandestina, passando pela degradação das ruas e jardins de Lisboa com o aumento constante da prostituição, foram comentados pelos vereadores da Câmara Municipal de Lisboa — Silva Graça, Cunha Serra e Anselmo Anibal.

Aqueles vereadores, juntamente com os membros da Assembleia Municipal — Portela Santos e José Tengarinha, compuseram a mesa que dirigiu os trabalhos.

Introduzindo os debates, os elementos da mesa abordaram

questões ligadas ao apoio a prestar ao trabalho local desenvolvido pelos activistas da APU e à importância do papel das autarquias no movimento popular de massas. A propósito deste último tema o vereador Anselmo Anibal salientaria que um revolucionário não pode agir à margem das autarquias. Revolucionário, disse, é aquele que lá vai pôr os problemas mesmo sabendo que está a incomodar, porque do incomodo poderá resultar a atenção dos responsáveis.

Silva Graça, por seu turno, ao comentar a questão das deficiências dos transportes colectivos, alertaria os presentes para a necessidade de informar a população para o problema que se colocará em 1981 com o desaparecimento dos eléctricos, incapazes de continuarem a circular. Como se irá então resolver — perguntou — o problema dos habitantes das zonas mais antigas de Lisboa onde

Já não cabem os autocarros?

Ainda a propósito da questão dos transportes seria salientada a necessidade de se estudar quais as formas mais correctas e eficientes para atender a essa exigência vital da população pois, como diria Silva Graça, é inviável num país com as dificuldades económicas que Portugal defronta continuar a construir um metropolitano em que cada quilómetro custa cerca de seiscentos mil contos!

No final do encontro os participantes aprovaram por unanimidade e aclamação uma moção de repúdio contra o eventual regresso de Américo Tomás, o último presidente do fascismo. O profundo protesto dos democratas presentes seria aliás bem marcado pelas vozes que em uníssono se levantaram gritando bem alto «fascismo nunca mais!».

Também por unanimidade e aclamação foram aprovadas moções exigindo a aprovação da Lei das Finanças Locais, criticando a composição do Conselho Municipal e denunciando a especulação desenfreada que é consentida aos senhorios da área de Lisboa.

Caparica: prosseguem os assaltos à J. de Freguesia

As instalações da Junta de Freguesia da Caparica, concelho de Almada, têm vindo a ser alvo de sucessivos assaltos e roubos, sem que até à data as entidades competentes tenham tomado quaisquer medidas tendentes à defesa de um património nacional e dos interesses da população residente que, como é natural, fica prejudicada com a degradação da sua autarquia.

Desde à tomada de posse dos actuais membros da Junta, em 31 de Janeiro de 1977, as instalações daquele órgão foram assaltadas cinco vezes! Três destas tentativas não chegaram, porém, a concretizar-se. Os prejuízos causados por tais actos de vandalismo há a assinalar, no conjunto dos roubos, e para além dos estragos causados pelo arrombamento das portas externas e internas e das janelas, a perda de quatro máquinas de escrever, duas das quais electrónica, duas máquinas

de calcular eléctricas e uma fotocopiadora.

Se bem que dos objectos roubados tenham sido recuperados, pela Polícia de Segurança Pública de Lisboa, uma de cada das máquinas roubadas, nada de concreto se fez para reforçar o policiamento da zona e identificação dos assaltantes.

O último assalto verificado ocorreu no fim do mês de Março, tendo desta vez os membros da Junta e populares sido obrigados a ficar uma noite de vigília nas instalações do executivo autárquico, dado não ser lido possível arranjar as portas de novo arrombadas e a GNR de Almada — segundo afirmações do seu comando — não dispôr de pessoal para guardar as referidas instalações.

Mais uma vez os serviços da Junta de Freguesia da Caparica tiveram de encerrar, com manifesto prejuízo para a população e mais encargos para a autarquia, já de si tão falha de

Conselho Municipal de Almada um exemplo da expressão popular

Tomaram posse no sábado passado, nas instalações da SFUAP na Cova da Piedade, os trinta e um elementos que compõem o Conselho Municipal de Almada, constituído por representantes das organizações económicas, sociais, culturais e profissionais com sede ou actividade naquele concelho.

Durante a cerimónia foi ainda eleita a mesa que futuramente presidirá às sessões do Conselho Municipal.

A propósito da composição deste órgão autárquico, o presidente da Assembleia Municipal, Nuno Cabeçadas, salientaria que poucas outras localidades no nosso país se poderão orgulhar de ter escolhido para o seu CM um tão vasto leque de representantes das suas próprias populações.

Com efeito, no Conselho Municipal de Almada terão assento, entre outros, representantes da União dos

Sindicatos; a coordenadora das Comissões de Trabalhadores; os conselhos de moradores das diversas freguesias; a CRARA; associações populares de apoio à infância; reformados e pensionistas; comerciantes e industriais da construção civil; trabalhadores da saúde; cooperativas de consumo; produção e habitação; o secretariado das colectividades; centros paroquiais; Conselho Português para a Paz e Cooperação; MUTI e URAP.

Não obstante a instituição dos órgãos autárquicos previstos na Constituição — com excepção das Regiões Administrativas — não existe ainda (bem longe disso) a efectiva descentralização e autonomia administrativa que devia presidir ao funcionamento destes órgãos.

Como fez notar na sua intervenção o presidente da Câmara Municipal de Almada,

Martins Vieira, a iniciativa local continua na dependência dos «favores» do aparelho central do Estado, sendo a alteração das disposições que fazem depender a aprovação dos actos dos órgãos de poder local não de considerações de natureza legal e financeira, mas da mera conveniência política para o poder central, uma exigência democrática cuja concretização é urgente.

Referindo-se à inexistência de autonomia financeira, condição da própria autonomia administrativa, Martins Vieira salientaria que as receitas das autarquias não chegam, na maioria dos casos, para fazer face às despesas correntes e muito menos para a realização de obras e investimentos.

Torna-se pois necessário, iníquo, pôr termo ao labirinto financeiro cuidadosamente montado para que as



Reforçar a unidade das mulheres em torno da luta por melhores condições de vida — um dos objectivos a alcançar

autarquias locais não possam sequer saber quais as suas fontes de receita e impedir a eventualidade de distribuição arbitrária de verbas pelo poder central, como instrumento de uma política de favores e desfavores e manipulação das populações.

Salientando, por outro lado,

a importância da entrada em funcionamento do Conselho Municipal — porque interliga ainda mais as organizações dos moradores, trabalhadores e outras com as autarquias — o presidente da Câmara afirmou-se plenamente confiante quanto aos bons resultados do

trabalho conjunto que se irá desenvolver, na medida em que os problemas da população do concelho serão agora mais sentidos e melhor perspectivada a sua solução, pois os representantes das várias organizações da população estão incluídos na estrutura autárquica.

Para quando a criação da Freguesia da Pontinha?

A zona da Pontinha, onde residem cerca de cinquenta mil pessoas, está actualmente integrada na Junta de Freguesia de Odivelas, Concelho de Loures, que tem a seu cargo a administração de uma área com um total de cento e vinte mil moradores.

Para além do elevado número de habitantes da zona da Pontinha, a sua situação geográfica, desloçada da zona de Odivelas, sempre provocou uma difícil e antieconómica administração. Estes factores, aliados à tão profunda quanto antiga aspiração, dos moradores da Pontinha à criação de uma freguesia a destacar da de Odivelas, levaram ao desencadeamento de um processo que data desde 1972 e se tem vindo a arrastar até ao presente.

Na verdade, por volta de 1972, alguns moradores da Pontinha tomaram a iniciativa

de fazer circular um abaixo-assinado de apoio à petição para a formação da respectiva freguesia, que viria a ser entregue no Governo Civil. Desta primeira iniciativa não se conhecem quaisquer resultados.

Após o «25 de Abril», as Comissões de Moradores da zona retomaram o processo, que viria a ser incentivado de novo em 1976 com o apoio da então Comissão Administrativa da Freguesia de Odivelas. Das diligências efectuadas na altura junto do Governo Civil resultou a necessidade de, para o processo andar mais rapidamente, se agir de acordo com o Código Administrativo de Marcelo Caetano, que continuava em vigor.

No entanto, e depois da Comissão Administrativa ter enviado à Câmara Municipal de Loures uma planta onde se

encontravam esboçados os limites da futura freguesia, bem como uma nova petição dos cidadãos eleitores da zona da Pontinha, Serra da Luz, Bairro de Santa Maria, Porto da Paia, Bairro Novo de Santo Eloy, Presa e Vale Grande, a fim de requerer de novo às entidades competentes a descentralização administrativa, toda a metodologia viria a ficar prejudicada uma vez mais, desta vez com a entrada em vigor da actual Constituição e consequente inconstitucionalidade do art.º 9.º do Código Administrativo que havia sido aplicado à condução do processo.

Mas as dificuldades burocráticas e legais e enfrentadas não desmobilizaram os moradores da Pontinha. Conseguindo o apoio para a justa aspiração junto da Assembleia Municipal

de Odivelas, Câmara e Assembleia Municipal de Loures e da própria Direcção-Geral da Acção Regional, o problema está agora pendente do cumprimento do anunciado propósito do Governo de apresentar propostas de regulamentação sobre os critérios legais aplicáveis ao assunto.

Com efeito, dado que se trata de matéria inserida na competência legislativa da Assembleia da República, há que aguardar que previamente o Governo cumpra o seu propósito.

Esperemos que a necessidade de descentralização e a satisfação da profunda vontade popular da criação da Freguesia da Pontinha seja em breve uma realidade e não se torne em mais um dos muitos assuntos esquecidos à espera de nova campanha eleitoral...

Conferência Nacional de Reformados

Segundo informa a Comissão Coordenadora dos trabalhos preparatórios da 1.ª Conferência Nacional de Reformados e Idosos, que se realiza no próximo dia 27, no Pavilhão da Associação Académica da Amadora, mais de uma centena de organizações e de meio milhar de delegados se inscreveram já para participar em tão importante acontecimento.

A Conferência, que está a despertar o mais vivo interesse entre os reformados e idosos (estão previstas importantes comunicações e teses), iniciará-se às 9 horas e terminará cerca das 19. Os trabalhos encerrarão, após a leitura das conclusões em plenário, com uma sessão de canto livre.

CM de Lisboa pede abertura do hospital da CUF à população

Na sequência de um pedido formulado recentemente em sessão pública da Junta de Freguesia dos Prazeres, em que participaram os vereadores Silva Graça (APU) e Silva Oliveira (PS), a Câmara Municipal de Lisboa deliberou solicitar ao Ministério dos Assuntos Sociais a abertura do banco de urgência do Hospital da CUF às populações residentes nas freguesias limítrofes.

Durante a mesma reunião, a 74.ª do município, a edilidade decidiu pedir ao Governo o reforço da Polícia Municipal, defendendo a integração da Polícia de Viação e Trânsito naquela organização que depende directamente do presidente da Câmara.

Entre as medidas tomadas salienta-se ainda a aprovação da proposta que permite a continuação da actividade do grupo de teatro «Comuna» no edifício municipal que ocupa na Praça de Espanha, bem como a aprovação de uma moção de repúdio pelo assassinato do presidente da Democracia Cristã Italiana, Aldo Moro.

Reaccionários agridem democrata membro da AM de Vila Real

O 1.º secretário da Assembleia Municipal de Vila Real, que é membro da APU, foi agredido a saída de uma reunião da Câmara pelo guarda-costas do «cabeça» de uma das listas que concorrem às eleições suplementares para a Junta de Freguesia de Vila Nova de Caxela.

A agressão ocorreu após aquele membro da APU ter protestado contra uma intervenção de carácter fascista do referido cabeça de lista, que condenou a Câmara por ter promovido e apoiado as comemorações do Dia da Liberdade e do 1.º de Maio e por ter cedido as suas instalações para uma sessão de esclarecimento do Conselho Português para a Paz e Cooperação.

O ocorrido foi entregue à PSP local.

Integrar o centro de saúde do Seixal nos SMS da «Mundet»

A Câmara Municipal do Seixal solicitou recentemente ao Ministério dos Assuntos Sociais a integração, prevista há quatro anos, do centro de Saúde local no edifício do posto dos Serviços Médico-Sociais da empresa «Mundet», sugerindo que nas actuais instalações do Centro passem a funcionar os Serviços de Meios Auxiliares de Diagnóstico (análises); Agente de Apoio à Saúde; e Serviço de Diagnóstico.

No ofício enviado ao MAS a Câmara recorda que no concelho do Seixal existem apenas três postos de Prevenção para uma população de cerca de 80 mil habitantes, e que em recente levantamento efectuado constatou-se que apenas cerca de 50 mil habitantes estão abrangidos pelos postos de prevenção, ficando os restantes trinta mil com necessidade de recorrer ao Centro de Saúde que, naturalmente, quer pelas reduzidas dimensões que possui, quer pela carência de técnicos de saúde, os não pode satisfazer.

Entretanto, como o ofício da Câmara faz notar, a Mundet tem óptimas instalações com todo o primeiro andar por utilizar. Por outro lado, dado que não existe no concelho do Seixal qualquer estabelecimento oficial de apoio de meios auxiliares de diagnóstico e que a deslocação a Setúbal, para além de dispendiosa acarreta grande perda de tempo aos que aí têm de recorrer, propõe-se a criação dos referidos serviços de análises.

Piquenique no Guincho

A Aliança Povo Unido de Alcabideche promove no próximo dia 25 um convívio aberto a todos os democratas do concelho, a realizar na mata do Guincho, junto à praia.

O piquenique, que inclui jogos, divertimentos e debate de problemas locais, inicia-se às 9 horas da manhã.

Devem realizar-se eleições suplementares na Assembleia de Freguesia de Galegos

Em Janeiro do corrente ano alguns elementos da Assembleia de Freguesia de Galegos apresentaram à Câmara Municipal de Barcelos os requerimentos de renúncia aos cargos que exerciam na autarquia. A partir dessa data e esgotada a possibilidade de serem substituídos, terão de ser marcadas novas eleições, o que ainda não se verificou.

Embora a Câmara Municipal não devesse descurar este assunto, com risco de cometer uma ilegalidade, recorda-se que a Assembleia da República aprovou recentemente algumas alterações à Lei 79/77, nomeadamente ao n.º 2 do Art.º 10.º, alargando o prazo com que devem ser convocadas as eleições suplementares.

Autarquias protestam contra eventual regresso de Tomás

Através de uma moção aprovada por unanimidade e aclamação a Assembleia Municipal de Torres Novas deliberou na sua última reunião manifestar ao Presidente da República a mais profunda indignação por ter sido autorizado o regresso a Portugal do ex-almirante Américo Tomás. No documento recorda-se o assassinato do general Humberto Delgado — adversário de Tomás nas eleições presidenciais de 1958 — e salienta-se que não tiveram os fascistas para com os verdadeiros portugueses o sentimento humanitário que agora se lhes pretende atribuir.

A Câmara Municipal de Sesimbra, por seu turno, deliberou associar-se às pessoas e organismos que reclamam a abertura do processo criminal contra o responsável máximo do regime fascista e da guerra colonial, considerando uma afronta e ofensa a todos os portugueses que têm lutado por um Portugal democrático e eventual regresso ao nosso país daquele representante da ditadura fascista.

A Assembleia de Freguesia da Sé (Porto) e a Câmara Municipal de Vila Real manifestaram igualmente o seu repúdio pela autorização de regresso do mais alto responsável pelo regime fascista deposto em 25 de Abril.

<p>PUB</p> <p>Porto</p> <p>edições Avante!</p> <p>FEIRA DO LIVRO</p> <p>LIVROS DO DIA</p> <p>40% DE DESCONTO</p> <p>hoje</p> <p>História e Política</p> <p>B. I. Maruchine</p> <p>72\$00</p>	<p>PUB</p> <p>Lisboa</p> <p>edições Avante!</p> <p>FEIRA DO LIVRO</p> <p>LIVROS DO DIA</p> <p>40% DE DESCONTO</p> <p>hoje</p> <p>A Revolução Chilena</p> <p>Luis Corvallan</p> <p>51\$00</p> <p>Stand n.º 75</p>
---	---

A formação ideológica tarefa de todo o militante

Temos de responder, no campo político e ideológico, às massas populares, aos trabalhadores e ao país.

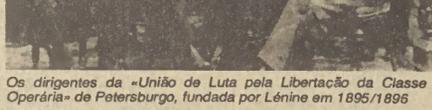
UM PASSO EM FRENTE, DOIS PASSOS ATRÁS

O II Congresso do Partido Operário Social-Democrata da Rússia (POSDR) realizou-se nos meses de Julho e Agosto de 1903. As suas 13 primeiras sessões efectuaram-se em Bruxelas. Depois, devido às perseguições da polícia belga, os delegados tiveram de se mudar para Londres, onde prosseguiu o Congresso.

As suas mais importantes questões eram a aprovação do Programa e dos Estatutos do Partido, assim como a eleição dos organismos dirigentes. O Congresso aprovou por unanimidade o Programa do Partido. Mas, no decorrer da discussão sobre os Estatutos, travou-se aguda luta em torno dos princípios de organização do Partido, questão extremamente importante visto que se decidia se este devia ser revolucionário ou reformista.

Ora no Congresso acabou por se dar a cisão entre os partidários do jornal ISKRA, revolucionários intransigentes e firmes agrupados em torno de Lênine, e os iskristas inconsequentes ou «brandos» encabeçados por Mártov. Os partidários da orientação leninista obtiveram a maioria dos votos na eleição para os organismos centrais do Partido e passaram a designar-se por bolcheviques (da palavra russa bolchinstvo, que significa maioria), enquanto os oportunistas receberam a designação de mencheviques (da palavra russa menchinstvo, que quer dizer minoria).

Findo o Congresso, Lênine estudou pormenorizadamente as suas actas e resoluções, os agrupamentos políticos e os documentos do Comité Central e do Conselho do Partido. Tirando as conclusões desse estudo, publica o livro *Um Passo em Frente, Dois Passos Atrás*, em que sublinha o perigo da sub-estimação da importância da organização no movimento operário e critica o oportunismo em questões de organização, declarando que apesar das «particularidades nacionais dos diferentes partidos» e da «diversidade de condições políticas nos diferentes países» que «imprimem a sua marca oportunista, este «se manifesta nas mesmas tendências», nas mesmas avaliações, e muitas vezes nas mesmas «palavrinhas» (Um



Os dirigentes da «União de Luta pela Libertação da Classe Operária» de Petersburgo, fundada por Lênine em 1895/1896

«O Partido deve ser uma soma de organizações», só deve aceitar nas suas fileiras «aqueles elementos que admitem, pelo menos, um mínimo de organização» (ibidem, pp 63/64).

4. O Partido é a forma superior de organização do proletariado. É-o porque tem uma teoria científica que o arma com o conhecimento das leis do desenvolvimento social, porque tem um programa claro e justo e uma tática flexível. Mas o Partido não é «única

a sua experiência, escuta a sua voz, as suas reivindicações e as suas críticas.

6. O Partido é uma organização que se forma e que desenvolve a sua acção com base no centralismo democrático, princípio orgânico fundamental do partido do novo tipo. Em que consiste tal princípio? O centralismo no Partido significa, em primeiro lugar, que todas as suas organizações aceitam a direcção de um centro único, de um órgão supremo que é o Congresso do Partido e, nos intervalos dos Congressos, o Comité Central. Significa, em segundo lugar, que as directrizes do Congresso (ou do Comité Central) não só não podem ser alteradas por qualquer outro escalão do Partido como devem ser por ele cumpridas. Significa, em terceiro lugar, que os organismos inferiores



Lênine no seu gabinete de trabalho no Kremlin, em 16 de Outubro de 1918.

cumprem as resoluções dos organismos superiores. Significa, em quarto lugar, que a minoria se submete à maioria. Significa, finalmente, que qualquer membro do Partido realiza as decisões dos organismos superiores e do organismo a que pertence, mesmo que essas decisões tenham sido tomadas por maioria contra a sua opinião. O Partido tem uma disciplina única, que obriga tanto os militantes da base como os dirigentes. Não é uma disciplina de castigo, mas uma disciplina de guerra. Os militantes submetem-se a ela voluntariamente porque compreendem que é necessária. E essa disciplina de Partido não contradiz, antes é uma condição da democracia interna.

A democracia no Partido significa, em primeiro lugar, a apreciação e a ampla e livre discussão, dentro da sua organização, de toda a sua orientação e actividade. Significa, em segundo lugar, que em cada organização do partido as decisões são tomadas de forma democrática. Significa, em terceiro lugar, que todos os organismos de direcção são designados por eleição e que a direcção é colectiva, e que não contradiz o espírito de iniciativa e a responsabilidade individual. Significa, em quarto lugar, que os organismos de direcção prestam contas da sua actividade às respectivas organizações. E significa, finalmente, que os membros do partido desenvolvem a crítica e a autocrítica, como método de aperfeiçoar o trabalho, vencer deficiências, corrigir os erros e educar os quadros.

Centralismo e democracia encontram-se indissolvemente ligados. Colocar um contra a outra, ou ignorar qualquer deles pode deformar a própria natureza do Partido. Sem centralismo não pode existir um partido coeso e combativo; acaba por se fragmentar em grupos e facções, que colocam os seus interesses particulares acima dos interesses gerais do Partido, acaba por se transformar num clube de discussões, incapaz de agir e de lutar. Por outro lado, sem democracia o partido transforma-se numa organização fechada e burocrática, de que os membros se não sentem participantes, obreiros e senhores.

Pronunciando-se contra o centralismo democrático, os oportunistas declaravam que este transformava o partido numa «imensa fábrica» e os militantes em «engrenagens e parafusos». Salientando a diferença entre o «lado explorador da fábrica» e o «seu lado organizado», Lênine destacou que «a disciplina e a organização, que ao intelectual burguês tanto custam a adquirir, são facilmente assimiladas pelo proletariado, justamente graças a essa «escala» da «fábrica» (ibidem, pp 207/208). «O proletariado, na sua luta pelo Poder, não tem outra arma senão a organização» — afirmou Lênine, acrescentando: (...) «O proletariado só pode tomar-se, e tomar-se-á inevitavelmente, uma força invencível, quando a sua unidade ideológica, baseada nos princípios do marxismo, é cimentada pela unidade material da organização que reúne milhões de trabalhadores num exército da classe operária.» (ibidem, pág. 233).



Lênine no seu gabinete de trabalho no Kremlin, em 16 de Outubro de 1918.

Passo em Frente, Dois Passos Atrás, pág. 220, edições Avante).

No livro *Um Passo em Frente, Dois Passos Atrás*, criando e desenvolvendo a doutrina do partido proletário de novo tipo, Lênine formula os princípios de organização desse partido, regras que lhe permitem não só elaborar com êxito a sua política, mas também organizar as massas trabalhadoras para a realização dessa política. São esses princípios, esboçados nesta obra e posteriormente aprofundados por Lênine, que enunciaremos de seguida:

2. O Partido é o destacamento consciente, de vanguarda, parte da classe operária. O proletariado não é homogéneo na sua composição; há nela elementos mais conscientes e menos conscientes. Além disso, as fileiras do proletariado crescem incessantemente com a vinda de homens de outras classes, com camponeses e artesãos portadores das suas concepções.

Tal como se não pode confundir a parte com o todo, também se «não pode confundir o partido, como destacamento de vanguarda, com toda a classe» — declara Lênine, que logo acrescenta: «Nos somos um partido de classe, e é por isso que quase toda a classe (...) deve agir sob a direcção do nosso partido, deve ter com o nosso partido a mais estreita ligação possível. Mas seria «manilovismo» (fantasia e «seguidismo» pensar que sob o capitalismo quase toda a classe, ou mesmo toda a classe, estará um dia em condições de se elevar ao ponto de alcançar o grau de

organização da classe operária. No processo da luta de classes surgem diversas organizações, cada uma delas agindo no seu campo próprio. Entretanto, só o Partido é capaz de elaborar a linha geral de luta do proletariado. Pela sua experiência revolucionária e pelo seu prestígio nas massas, o Partido é a única força capaz de unir todos os destacamentos proletários na luta pelos objectivos fundamentais da classe operária. Expressando os interesses da classe em geral, o partido é a força dirigente de todas as demais organizações da classe operária.

5. O Partido é a encarnação do vínculo do destacamento de vanguarda com a massa de trabalhadores e, em primeiro lugar, com a classe operária. O vínculo com as massas é um princípio importantíssimo do partido proletário de novo tipo. Esse partido não tem outros objectivos que não sejam os da classe operária e demais trabalhadores explorados. Foi para a realização desses objectivos que surgiu, que se desenvolveu e que luta.

Lênine lembrava que só com a vanguarda não é possível vencer os exploradores. Para realizar a revolução, o Partido tem de conquistar a confiança das massas e conseguir o seu apoio total. Essa a fonte principal da sua força, da sua vitalidade, da sua invencibilidade. O isolamento das massas, cometendo o erro de sectarismo, significará a morte política do Partido. Mas a ligação às massas não significa apenas ensinar as massas; significa também aprender com elas. O partido vive no seio do povo, estuda

Temas ideológicos

Alguns ensinamentos da «Crítica do Programa de Gotha»

Em princípio, a História retém de um Congresso o que substancialmente lá foi aprovado. Mas não foi assim em Gotha, na Alemanha, de 22 a 27 de Maio de 1875. Aí a História legou ao futuro uma crítica sem efeito no programa que criticava.

A crítica era de Marx. O programa era um compromisso para a unificação de dois partidos. Ambos pretendiam defender os interesses do proletariado. O programa foi aprovado por umas dezenas de congressistas. Mas o que milhões de trabalhadores aprovaram ao longo de um século, e continuaram a aprovar, foi a crítica ali rejeitada — a «Crítica do Programa de Gotha», um dos fundamentos mais célebres do marxismo-leninismo.

«Programa absolutamente condenável e que desmoraliza o Partido», assim considerava Marx esse documento que representava um compromisso para a unificação das duas tendências do movimento operário alemão: o Partido Operário Social-Democrata, a que hoje poderíamos chamar comunista, e a Associação Geral dos Operários Alemães, o partido dos herdeiros de Lassalle, que se caracterizava pelo oportunismo e, nomeadamente, pela conciliação de classes, recusando, ao contrário do primeiro, o essencial do programa da Associação Internacional dos Trabalhadores, de que Marx e Engels foram fundadores em 28 de Setembro de 1864.

A «Crítica do Programa de Gotha», publicada por Engels pela primeira vez em 1891 já depois da morte do seu autor, com o título «Glosas Marginais ao Programa do Partido Operário Alemão», é um texto muito breve. Em cerca de vinte páginas de uma concisão extraordinária, redigidas nos primeiros dias de Maio de 1875, Karl Marx, na altura com 57 anos, muito doente e já na fase final da sua vida (morreria cerca de 8 anos depois), fazia avançar decisivamente a doutrina marxista sobre o Estado, caracterizando a fase especial de transição, historicamente inevitável, do capitalismo ao socialismo com os trabalhadores no Poder.

A propósito da «Crítica», Lênine escrevia: «O grande mérito das explicações de Marx é o de aplicar, mais uma vez, de modo consequente, a dialéctica materialista, a teoria da evolução e de considerar o comunismo como alguma coisa que se desenvolve a partir do capitalismo. Em vez de se limitar a definições «imaginadas», escolásticas e artificiais, a estereis querelas de palavras (o que é o Socialismo? O que é o Comunismo?), Marx analisa aquilo a que poderíamos chamar os graus da maturidade económica do Comunismo».

Depois de explicar o que é a «Igualdade de direitos» no capitalismo e de se referir aos defeitos inevitáveis «na primeira fase da sociedade comunista, tal como acaba de sair da sociedade capitalista», Marx escreve: «Numa fase superior da sociedade comunista, quando tiver desaparecido a subordinação escravizante dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre o trabalho intelectual e o trabalho manual; quando o trabalho não for apenas um meio de vida, mas se tornar ele próprio a primeira necessidade vital; quando, com o desenvolvimento múltiplo dos indivíduos, as forças produtivas aumentarem também e todas as fontes da riqueza colectiva jorrem com abundância, somente então o horizonte limitado do direito burguês poderá ser definitivamente ultrapassado e a sociedade poderá escrever nas suas bandeiras: De cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades!»

Que criticava Marx num programa que ia ser assinado pelo Partido Operário Social-Democrata e que muitas afinidades o ligavam?

— O oportunismo dos dirigentes de direita dentro do movimento operário, a sua falta de rigor e o erro nas questões essenciais como o trabalho, as relações e os meios de produção, o proletariado como classe revolucionária, o papel das outras classes na sociedade, a questão do Estado e do poder das classes trabalhadoras, o Internacionalismo proletário, o salário, o ensino, a jornada de trabalho.

«O programa não vale nada», dizia Marx na carta a W. Bracke que acompanhava a «Crítica». Mas o programa não era o essencial. «Qualquer avanço real importa mais que uma dúzia de programas», acrescentava Marx na mesma carta.

No entanto, esse avanço não surgiu. Pelo contrário. E isso porque o programa aprovado em Gotha consagrava na verdade o oportunismo das tendências de direita dentro do partido. Não se tratava apenas da «teoria. Era a prática de dirigentes que pretendiam estabelecer uma aliança sem princípios com os grandes agrários que apoiavam Bismarck.

Hoje, em Portugal, onde tanto oportunista ainda se reclama mais ou menos do marxismo, é a altura de reafirmar que a «Crítica do Programa de Gotha», ao atacar as raízes do oportunismo e de todos os reformismos dentro do movimento operário, é não apenas um ensinamento vivo e actual, mas um verdadeiro programa de acção para o presente e para o futuro. É isso porque essa obra mestra da ideologia científica do comunismo ilustra perfeitamente estas palavras que o camarada Álvaro Cunhal proferiu há dias: «Nada mais contrário ao marxismo-leninismo que a petrificação ou cristalização de conceitos, a aplicação livreca de noções teóricas, a imobilidade e a rotina nas respostas à vida.»

Responder à vida, às questões que a vida coloca, às modificações do mundo contemporâneo era o que Marx



Karl Marx, na «Crítica ao Programa de Gotha», explica o que é a «igualdade de direitos» no sistema capitalista, faz avançar decisivamente a doutrina marxista sobre o Estado e põe a nu os perigos do oportunismo e do revisionismo dentro do movimento operário



fazia na sua época. Era à situação real que ele dava resposta. Responder hoje às perguntas de hoje é seguir os seus ensinamentos, que a História consagrou através das experiências, das dificuldades e dos êxitos das forças revolucionárias de todo o Mundo.

«Ao longo da História — afirmou recentemente o camarada Álvaro Cunhal — não ganharam a independência partidos operários que julgaram conquistá-la libertando-se da influência dos conceitos de classe do proletariado e que afinal assim perderam a independência real e de classe, caíram sob a influência efectiva e ideológica da pequena burguesia reformista e tenderam a colocar o proletariado, como Marx e Engels sublinharam (70 anos antes de Lênine), como simples apêndice da democracia burguesa oficial.»

Foi o que aconteceu em Gotha, em Maio de 1875.

Na «Crítica ao Programa de Gotha», Marx abre, sem utopia, as portas do futuro, no caminho de uma sociedade que poderá escrever nas suas bandeiras: De cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades — objectivo da sociedade comunista.

Temas vários

Dias de Maio na Arménia

O bi-reactor da carreira Interna Moscovo-Erevan atravessou rapidamente a pista e levantou. Em baixo vimos ficar a enorme cidade de Moscovo, os seus milhões de cidadãos que continuavam os feriados de Maio. Largávamos para a Arménia no avião cheio de gente que, ou em visita ou em regresso, se dirigia também às terras antigas da Transcaucásia. Em línguas que nos eram desconhecidas mas já familiares no som, ouvíamos por vezes a palavra Portugal e as pessoas sorriam-nos. A simpatia calorosa continuava a envolver-nos como desde o primeiro dia em que desembarcáramos em Moscovo, como na visita a Leninegrado, como sempre desde que pisáramos pela primeira vez o solo soviético.

Adiantámos mais uma hora nos relógios e, durante as quase duas horas de viagem, fizemos um curto balanço da estadia. A nossa chegada e o jantar de festa que nos ofereceram na noite de 25 de Abril, a visita que fizemos ao Kremlin e ao gabinete de trabalho de Lênine, a pequena sala onde, durante os primeiros anos de Revolução, se concentravam os esforços do dirigente do proletariado russo, o seu pequeno apartamento modesto, a cama de ferro onde descansava, a cozinha onde comia.

Lembrávamos também a visita ao seu túmulo. A fila ininterrupta de gente, soviéticos dos quatro cantos da pátria do socialismo, velhos e jovens, homens e mulheres e crianças em silêncio, misturados aos estrangeiros que deixavam ali a sua homenagem à memória de um dirigente inesquecível, que deixavam uma flor ou apenas um breve olhar que lhes gravaria na memória essa homenagem.

Nessa tarde tínhamos sido recebidos no «Pravda», feito algumas perguntas sobre a expansão do jornal que o povo desde antes da Revolução, visitámos as vastas instalações de tipografia. À noite partíamos de comboio para Leninegrado, onde uma gelida manhã de sol nos esperava. O rio Neva brilhava devagar por entre as pontes, arrastando ainda pedaços de gelo. Em frente do hotel onde ficamos quedava-se o cruzador «Aurora» que há muitos

anos disparara o primeiro tiro, o sinal que iniciou uma nova etapa histórica da Humanidade, um sinal que de variadas formas continua a fazer-se ouvir pelo mundo fora, sempre que um povo se liberta.

Nos três dias que passámos em Leninegrado percorremos outros lugares carregados de história, impregnados da memória de um combate inesquecível dirigido ao futuro. Sentámos-nos nas cadeiras do Smolny, onde os decretos sobre a terra sobre a paz foram lidos por Lênine. Percorremos os corredores e as salas do Palácio de Inverno. Visitámos o Museu da Revolução de Outubro. Em Rezil recordámos os dias em que Lênine, na clandestinidade, pouco tempo antes de 7 de Novembro de 1917, se escondia numa choça de palha, trabalhando incansavelmente.

Com um programa intenso a que não faltaram as noites de circo, o ballet, as visitas, avalámos quanto era curto, sempre curto o tempo para afagar levemente as múltiplas facetas de uma realidade tão vasta. E, quando na véspera do 1.º de Maio desembarcávamos de novo na capital da URSS, ao atravessarmos a avenida Gorky que nos pareceu familiar, ao depararmos com a engalanada e vermelha, para a grande festa dos trabalhadores, sentámos já a pena do regresso. Pensávamos também em Portugal, onde os camaradas também preparavam uma grande jornada de festa e de luta, partilhados entre a vontade de

continuar ali e a sensação de que também fariamos falta no cortejo imenso que encheu as ruas da nossa Pátria.

O 1.º de Maio amanheceu brilhante de sol. Como milhares de outros convidados tomámos o nosso lugar perto da tribuna, acotovelando-nos com homens e mulheres de muitas partes do mundo. A Praça Vermelha, festiva, aguardou a hora marcada. Subitamente um mar colorido irrompeu das duas extremidades do extenso largo, muitos milhares de jovens, agitando bandeiras correu para o centro da praça. Iniciaram depois o desfile cantando, saudando na tribuna os membros do Comité Central e do Governo. Durante duas horas, milhares e milhares de representações dos milhões de

Estado de Urarto, os arménios atravessaram a história resistindo a uma longa série de vicissitudes, conservando a identidade nacional através dos séculos, através de opressões que a fizeram várias vezes perder a independência. Um dos factores que mais ajudou à conservação da identidade nacional foi o seu alfabeto, velho de mais de mil e seiscentos anos, foi a sua cultura presente em milhares de manuscritos que os arménios conservaram, mesmo na emigração.

A luta do povo arménio pela libertação, iniciada no século XI viria a consolidar um passo importante nessa direcção quando em 1828 a Arménia Oriental se ligou à Rússia, escapando ao domínio da Turquia. Não se tratava da libertação definitiva, mas a dominação czarista da época abriu possibilidades de progresso social, económico e cultural impossível com a Turquia, país feudal e atrasado. O Império Otomano, ao qual a Arménia Ocidental continuou subjugada, resolvia, nos finais do século passado, «acabar com a questão arménia», iniciando a exterminação em massa do seu povo. Foi assim que em 1915, durante a 1.ª Guerra Mundial, o poder turbo, apoiado pela Alemanha imperialista, decidiu varrer os arménios da face da Terra. No primeiro caso de genocídio conhecido, foram assassinados mais de milhão e meio de arménios.

A Arménia não esqueceu. No monumento que visitámos em Erevan, a memória das atrocidades encontra-se bem viva. E milhão e meio de árvores, no grande parque que o envolve, atesta que essa memória não serve para lamentações. Serve para fecundar os sentimentos de independência e de liberdade. A Arménia transformou-se. Da pedra ardente e desértica se chegou ao verde das árvores, trazidas solidariamente de outras repúblicas socialistas da URSS. Só o Poder Soviético conquistou finalmente para o povo arménio a liberdade e a independência.

por Leandro Martins enviado especial do «Avante!»

trabalhadores da região de Moscovo desfiliaram com as suas flores, os seus cartazes, os carros engalanados. Ali era a festa do trabalho finalmente liberta.

Milhão e meio de árvores

E agora, ao olhar para baixo, sobrevoando as montanhas nevadas do Cáucaso, ao sentir de novo a pressão nos ouvidos que nos anunciava a descida, ao ver aproximar-se o vermelho da terra e da pedra vulcânica e as manchas verdes que a Primavera já conseguia espalhar no extenso vale onde Erevan aparecia, com as suas construções baixas e os seus telhados de chapa, agora de novo

Semana

17 Quarta-feira 1934 - Golpe de Estado fascista na Bulgária.

Sob um forte dispositivo de segurança, decorrem duas eleições parciais para o Senado nas províncias espanholas de Alicante e Astúrias...

18 Quinta-feira 1872 - Nasce o filósofo inglês Bertrand Russell.

A estação de Rádio "Europa 1" anuncia que pará-que-distas francesas da Legião Estrangeira partiram da sua base na Córsega com destino a África...

19 Sexta-feira 1890 - Nasce Ho Chi Minh.

Enquanto no Zaire a FLNC toma a importante cidade de Muishatsha, a embaixada de Angola em Bruxelas, na Bélgica, é atacada por um grupo de jovens direitistas...

20 Sábado 1902 - Quatro dias depois da intervenção norte-americana e da derrota espanhola é proclamada a República de Cuba...

O Governo Militar do Peru decreta o estado de emergência no Peru procedendo à prisão de mil elementos progressistas...

21 Domingo 1969 - Dá-se a ruptura definitiva entre a Grã-Bretanha e a sua colónia Rodésia...

22 Segunda-feira 1951 - Greve geral em Madrid contra a opressão fascista de Franco.

Intervenção imperialista adia queda de Mobutu

As razões do alarde feito pela propaganda da capital em torno de uma pretensa "invasão" do Zaire, a partir de território angolano...

Depois das descabidas acusações de "invasão" veio a verdadeira invasão. "Justificadíssima", claro está, com razões bem estudadas para enganar e acalmar escrupulos.

Os factos, entretanto, nada têm a ver com os argumentos invocados. Pelo contrário, desmentem-nos. Na verdade, a FNLC tinha anteriormente, e desde o princípio, garantido que a evacuação dos europeus de Kolwezi...

resultado concreto da invasão foi enviado, para já, a queda de Mobutu, testa de ferro das multinacionais que exploram o cobre e o urânio do Zaire...

Na invasão ao Zaire, destaca-se a participação francesa. Porque nem sequer houve uma acentuada preocupação de ocultar a ingerência sob uma fachada "humanitária"...

Terroristas italianos preparados na RFA

A opinião pública mundial apercebe-se, pouco a pouco, de que o rasto de grande parte dos terroristas italianos conduzem, de há muito, à RFA.

No dia 29 de Março de 78 o "L'Unità", órgão do PCI, provou que os extremistas da direita italiana são sistematicamente instruídos, nos campos paramilitares da Baviera...

A Baviera - uma base de terroristas. A estes elementos há que juntar os seguintes factos: existem na Baviera numerosos centros da NATO severamente vigiados...



O povo diz não aos crimes fascistas. Mas a inspiração dos criminosos não vem só de Itália...

tinham sido introduzidos em Alto Adige pelo cidadão oeste-alemão Christian Genk d'Osnabruck; Outubro 1967: Uma carga explosiva fabricada na RFA fere trinta e dois polícias dos caminhos de ferro...

Uma importante sessão da ONU

A sessão extraordinária da Assembleia Geral da ONU sobre o desarmamento, cujos trabalhos se iniciaram ontem, será sem dúvida um acontecimento de grande significado político.

A União Soviética e os outros países amantes da Paz consideram que a sessão em curso deve contribuir para a criação de uma frente o mais ampla possível de todas as forças pacíficas que se pronunciam pelo desarmamento, tarefa fundamental dos nossos dias.

URSS-Afeganistão: Relações de amizade

Relações de amizade e boavizinhança, troca de opiniões sobre as relações entre a União Soviética e o Afeganistão, assim como sobre alguns problemas internacionais de interesse recíproco...

o atraso económico do país e realizar reformas progressistas no interesse do povo afegão. Hafizullah Amin destacou também, em nome dos órgãos dirigentes da República Democrática do Afeganistão, a ampla e eficiente ajuda por parte da União Soviética ao desenvolvimento da economia afegã...

e ser aceitável por todos os países. A União Soviética apresentará nesta sessão especial da ONU propostas concretas construtivas - destaca o «Pravda».

No dia 17 de Maio, quando o candidato da oposição António Guzman, do Partido Revolucionário Republicano (PRD), de tendência social-democrata, se encontrava bem à frente na contagem dos votos, forças militares deslocaram-se para as instalações da Junta Eleitoral Nacional e cortaram as notícias da rádio e da televisão sobre os resultados eleitorais.

Actualmente, o presidente afiança que respeitará os resultados eleitorais, elogian-do simultaneamente a acção das Forças Armadas, que diz serem fiéis à Constituição. Por seu lado, as unidades militares que saíram para a rua invocam o pretexto de deveras curio de pretender fazer respeitar a lei - que lei?

Na situação entretanto criada, a vitória da oposição social-democrata surge como possível. No momento do violento corte da contagem dos votos, e de acordo com os elementos do PRD, o candidato da oposição António Guzman contava com um milhão e duzentos mil votos contra 650 mil atribuídos ao actual presidente Joaquim Balaguer. Mas, entretanto, o governo nega estes números, enquanto a Comissão Eleitoral Nacional promete averiguar todas as queixas de irregularidades, queixas que parêm tanto do PRD como dos círculos governamentais.

Manobras ideológicas contra o socialismo

A burguesia monopolista trata de justificar a sua política reaccionária aproveitando o fenómeno do terrorismo quer da parte dos extremistas da «esquerda», quer dos da direita, nos países do mundo capitalista, assinala o «Pravda».

Os interesses dos elementos radicais da extrema-direita, assim como os dos «esquerdistas», dos elementos neofascistas e neofascistas entrelaçam-se estreitamente - como destaca o «Pravda».

Nestes últimos tempos, a «fusão» dos ideólogos extremistas e oportunistas com os mais inveterados anticomunistas, torna-se cada dia mais clara nos apelos para a «superação» do leninismo.



O representante do serviço secreto da RFA em Roma foi, durante várias décadas, nem mais nem menos do que o irmão de Reinhard Gehlen, Johannes Gehlen, aliás Don Giovanni. Ainda que as autoridades competentes continuem a ignorar os pormenores da sua actividade na capital italiana, é absolutamente certo que colaborou com os fascistas e neofascistas.

Outubro 1969: O neofascista italiano Gino Ragnò, aliás Rauti, «aperfeiçoou-se» na escola de «comandos internos» da Bundeswehr em Coblença; Maio 1972: O comissário da polícia judiciária que descobriu um depósito ilegal dos fascistas italianos cheio de armas provenientes da RFA, foi assassinado pelo agente do BND Gianni Nardi;

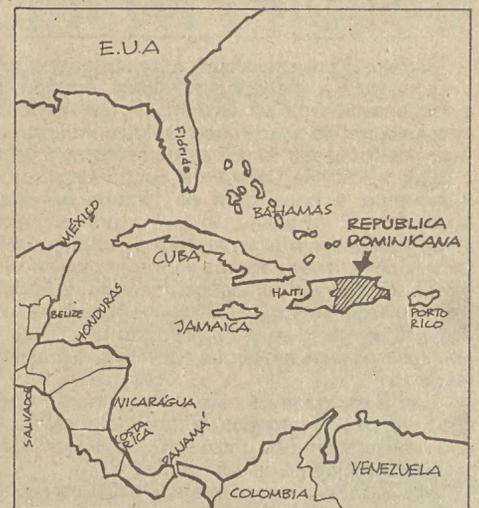
Eleições conturbadas na República Dominicana

Decorreram na República Dominicana umas conturbadas eleições presidenciais em que se juntou às tentativas mais comuns de falsificação das votações a voz muito «convivente» das armas.

No dia 17 de Maio, quando o candidato da oposição António Guzman, do Partido Revolucionário Republicano (PRD), de tendência social-democrata, se encontrava bem à frente na contagem dos votos, forças militares deslocaram-se para as instalações da Junta Eleitoral Nacional e cortaram as notícias da rádio e da televisão sobre os resultados eleitorais.

Actualmente, o presidente afiança que respeitará os resultados eleitorais, elogian-do simultaneamente a acção das Forças Armadas, que diz serem fiéis à Constituição. Por seu lado, as unidades militares que saíram para a rua invocam o pretexto de deveras curio de pretender fazer respeitar a lei - que lei?

Na situação entretanto criada, a vitória da oposição social-democrata surge como possível. No momento do violento corte da contagem dos votos, e de acordo com os elementos do PRD, o candidato da oposição António Guzman contava com um milhão e duzentos mil votos contra 650 mil atribuídos ao actual presidente Joaquim Balaguer. Mas, entretanto, o governo nega estes números, enquanto a Comissão Eleitoral Nacional promete averiguar todas as queixas de irregularidades, queixas que parêm tanto do PRD como dos círculos governamentais.



São Domingos: tentativa de manipulação do voto popular

-americanos, que intervieram para esmagar o movimento popular que pretendia repor a legalidade após um golpe de Estado que derrubara o presidente Juan Bosch (do PRD) em 1965. Hoje vivem-se tempos diferentes. Agora já não houve intervenção militar externa. O presidente norte-americano, como toda a social-democracia europeia, protestaram apressadamente contra a demasiado flagrante ilegalidade. Tanto mais que o partido que se aproxima do poder é um partido social-democrata, e que de forma bem clara - não só ao nível popular, mas também militar - o actual presidente goza de apoios bem reduzidos.

A RFA alugou ao Zaire um imenso território (com o dobro da superfície de Portugal) onde realiza experiências nucleares

Em território do Zaire, exactamente no Shaba, junto da fronteira tanzano-zambiana e a 200 quilómetros da fronteira de Angola, o governo de Mobutu alugou à RFA um território de 160000 quilómetros quadrados (o dobro da superfície de Portugal) pela quantia de 50 milhões de dólares anuais e o fornecimento de armamento ligeiro ao caótico exército zairense. O território foi normalmente alugado, em Março de 1976, a uma empresa que se apresenta como particular — a OTRAG (Companhia alemã para "Lançamentos Orbitais e Rockets, Corp.") — que declara dedicar-se a pesquisas para satélites de análise atmosférica.

Na verdade, no imenso território do Zaire posto à disposição da RFA, não se fazem limitadas experiências científicas para estudo da atmosfera. No salão de aviação em Paris foi exposta, sem qualquer explicação, a fotografia do lançamento de um míssil "cruise", potencialmente a arma nuclear mais mortal. Segundo um relatório publicado pelo "Penthouse Magazine", e citado pela agência de notícias norte-americana UPI, protótipos de quatro ou cinco mísseis "cruise" teriam já

voados nesta zona do Shaba. A CIA e os serviços secretos da RFA tiveram um papel decisivo na preparação deste programa, recrutando especialistas formados nos EUA e organizando a coordenação política entre Kinshasa, capital do Zaire, Bona e Washington. Por este projecto — que representa o desenvolvimento por parte da RFA, em pleno coração de África, da tecnologia militar nuclear — a OTRAG deve receber pelo menos 300 milhões de dólares do orçamento militar da RFA.

O que é a OTRAG?

Oficialmente a OTRAG é uma companhia privada. Entretanto goza, na RFA, de total isenção de impostos.

Está dividida em três secções. O centro de decisão e de direcção localiza-se em Neu-Isenburg, perto de Frankfurt. Este centro trabalha em ligação directa com o BND, ou seja, com os serviços secretos da RFA. É aqui que são coordenadas todas as operações em relação ao Zaire.

Antes de ter sido assinado o contrato final com o governo de Mobutu, foram criadas duas secções distintas: a OTRA, AG, que concentra as operações de pesquisa e a OTRAG, SA-África, em Vaduz, no principado de Liechtenstein, local ideal para os empreendimentos das multinacionais.

O presidente da OTRAG, que assinou o contrato com o Zaire, é o dr. Lutz T. Kayser, figura misteriosa considerada perito de mísseis. Trabalhou em 1960 para a NASA.

O contrato assinado em Março de 1976 entre o governo do Zaire e a OTRAG constitui um facto quase sem precedentes como alienação da soberania nacional, durante os 24 anos da sua duração.

Um contrato de submissão

O Artigo 2 do contrato prevê que o Zaire, sem quaisquer restrições, garanta à OTRAG o direito de tomar todas as medidas que sejam necessárias para exercer total e completo poder no território e tome a seu cargo a legislação local. O Artigo 3, com um conteúdo sem paralelo nas leis internacionais, dá à OTRAG o direito de decidir sobre as pessoas que estão autorizadas a viver no enclave. Trata-se na verdade de um Estado dentro de outro Estado, e com ainda maior autoridade do que este. Não é Mobutu que dita leis à OTRAG, mas o inverso. A abertura do contrato, que os alemães nunca tornaram pública, declara que a OTRAG necessita de uma vasta área operacional para o lançamento na atmosfera e no espaço de mísseis cruzadores e para todas as actividades, em todos os domínios que, directa ou indirectamente, estejam relacionados com estes mísseis.

Armas nucleares nas mãos da RFA

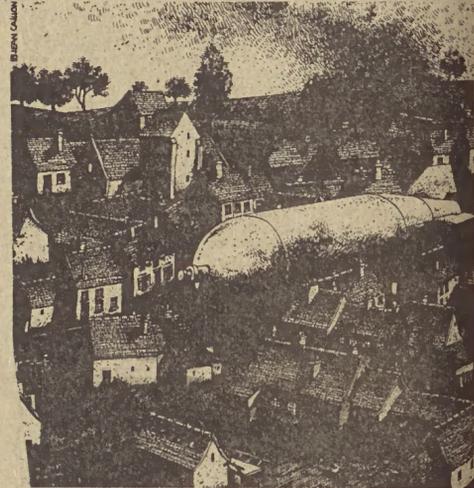
As experiências levadas a cabo pela OTRAG são feitas com a colaboração e o apoio dos EUA, que puseram à disposição da RFA a tecnologia necessária para os projectos de mísseis "cruise" e balísticos. Isto representa o rearmamento do domínio nuclear, desrespeitando os acordos internacionais a este respeito. Aliás os EUA sempre violaram estes acordos, utilizando amplamente o aparelho da NATO. Agora, porém, a impossibilidade de proceder a experiências nucleares em território da RFA, recorreu-se a território africano onde ainda imperam as relações neocolonialistas. O que pode fugir à letra dos acordos internacionais, e tem uma

outra vantagem suplementar para o imperialismo — desenvolver a arma nuclear numa zona estratégica, em confronto com a luta de libertação dos povos africanos, e a consolidação de regimes progressistas, numa área de acção de difícil controlo. Assim, por caminhos meio

clandestinos, o imperialismo ajuda o militarismo oeste-alemão a levantar cabeça — e fá-lo numa zona de ascensão da luta revolucionária, onde está a perder sucessivamente posições. O que representa um duplo perigo para a paz. Que ninguém pode ignorar.



O território da Otrag fica situado a 200 Km de Angola, junto às fronteiras da Zâmbia e da Tanzânia



A força das bombas para esmagar a resistência dos povos



Mobutu: «alugar» o território nacional ao imperialismo

Nathanael Ngumba, comandante da Frente de Libertação Nacional do Congo (FLNC)

O que se entende por «pequeno e médio agricultor»?

— Responde Vítor Louro

Barreto e Portas saturaram a população dos campos falando em defesa de pequenos e médios agricultores, quando, por sua acção directa e responsabilidade do Governo a que pertenciam, esta camada de trabalhadores via a cada passo a vida a andar para trás e estreitarem-se as suas possibilidades de sobrevivência como produtores agrícolas. A CAP, o CDS, o PSD/Sá Carneiro e outras forças da mesma índole enchiam igualmente a boca com os "interesses dos pequenos e médios agricultores", batem no peito dramaticamente, jurando o seu empenhamento em fazer progredir a pequena e média lavoura. Esta não se reconhece nem nas palavras nem nos actos de tais sectores, como se não reconhecia na igual demagogia de Barreto e Portas. Entretanto, por acção dos mesmos "defensores" do campesinato, os pequenos e médios agricultores vêem-se a braços com uma crise das mais graves e os grandes retomam, em largas passadas, a sua dimensão característica no fascismo.

Esta a realidade do país: os pequenos emédios produtores vivendo cada vez pior, os grandes tomando-se maiores. E no meio da confusão que, deliberadamente, muitas forças, inclusive no interior do Governo, procuram semear, uma questão surge:

Final o que é um pequeno e médio produtor?

A esta questão, responde ao «Avante!», Vítor Louro, deputado do PCP à Assembleia da República e Presidente da Comissão da Agricultura daquele órgão de soberania.

"A diferença de opiniões acerca do que sejam os pequenos e médios agricultores é perfeitamente compreensível, já que essa definição interessa a dois pólos sociais antagonísticos: os agrários, que querem "caber" nesse conceito constitucional, e os trabalhadores agrícolas, que têm boas razões, no Alentejo e Ribatejo, para identificar como agrários certos "médios" agricultores, designadamente grandes rendeiros, que representam tantas vezes a própria imagem do verdadeiro explorador da miséria dos trabalhadores. Não será por acaso que as leis que se referem a pequenos e médios agricultores com frequência fogem à sua definição, deixando-lhe a responsabilidade das organizações económicas e de classe da agricultura.

"No projecto de lei que o PCP apresentou no ano passado sobre a regulamentação do artigo 104.º da Constituição, (participação na Reforma Agrária) está contida a definição que nós achamos mais justa, e política, económica e socialmente mais acertada.

"Nós pensamos que deve ser considerado pequeno ou médio agricultor aquele que utilize na sua exploração agrícola, trabalho permanente e predominantemente e fornecido pelo próprio e por pessoas do seu agregado familiar. Isto não exclui, como se vê, o recurso ao trabalho assalariado permanente, desde que este, por norma, não seja mais importante do que o trabalho próprio ou familiar. Nem exclui tão pouco a possibilidade de recorrer em certas épocas a um número de assalariados superior ao dos familiares, porque nas condições actuais

da agricultura portuguesa isto é prática corrente e necessária, principalmente nas chamadas épocas de ponta.

"Mas só deverão ser considerados pequenos ou médios agricultores aqueles que trabalhem exclusivamente na agricultura? A vida mostra que, particularmente em certas regiões, os operários fabris, recentemente saídos dos trabalhos do campo por variadas razões, mantêm — e manterão por muito tempo — uma grande costela camponesa. E de tal sorte que eles próprios, ou sua família, não abandonaram completamente a actividade agrícola, pelo contrário, por muito tempo se mantêm e manterão com um pé na indústria ou nos serviços e outro pé na agricultura. Situações destas estão muito generalizadas ao nível individual, e regionalmente têm forte expressão na Beira Litoral e nas zonas circundantes dos pólos industriais.

"E perante o agravamento do custo de vida, que se reflecte sobre as classes trabalhadoras, a parcela das receitas familiares que provém da pequena exploração agrícola complementar representa uma percentagem cada vez mais significativa, uma vez que é exactamente nos bens de primeira necessidade, nomeadamente os alimentares, que a carestia mais se faz sentir.

"Perante esta situação, em que o chefe de família ou o próprio casal exerce outra actividade "principal" (ou assim considerada) e por isso é a mulher ou outros elementos do agregado familiar que executam a maior parte dos trabalhos agrícolas, nós entendemos, de acordo com a realidade objectiva, que a qualidade de pequeno ou médio agricultor se deve

estender até estes familiares.

"Trata-se portanto de uma definição bastante larga, que a nosso ver vai ao encontro da realidade sociológica existente na agricultura portuguesa."

"Todavia, não cabe nesta definição a inclusão dos agrários e absentistas. Nós rejeitamos claramente que se meta no mesmo saco categorias social e economicamente tão diferentes como o agricultor com um hectare e o agrário reservatório com 700ha. Os seus problemas, os seus anseios e o seu comportamento são antagonísticos.

"Enquanto o pequeno agricultor tem de vencer a barreira da pequenez da sua exploração, o agrário reservatório estará sempre contra o pequeno agricultor a quem a sua terra tenha sido distribuída. Enquanto o pequeno agricultor tem de se libertar da exploração de que é vítima por parte de certos industriais e grandes comerciantes e armazenistas, o agrário reservatório, o agrário familiar ou amigo.

"Por isso não se pode definir como médio agricultor todo aquele que simplesmente fique abaixo dos limites máximos estipulados na lei Barreto. E isto, que é assim social e economicamente, também o é do ponto de vista constitucional.

"Basta lembrar que a Constituição não refere, evidentemente, a chamada "zona de intervenção", antes se refere a todo o território nacional. Ora a lei Barreto só estabelece um limite máximo de propriedade e exploração dentro da dita zona. Logo, daí resulta que os grandes proprietários que existem fora dela, e mesmo aqueles reservatórios que ainda tenham terras fora da "zona de



"Nós rejeitamos claramente que se meta no mesmo saco categorias social e economicamente tão diferentes como o agricultor com um hectare e o agrário reservatório com setecentos hectares. Os seus problemas, os seus anseios e o seu comportamento são antagonísticos"

intervenção", embora sendo claramente grandes, ficariam dentro da definição de pequeno ou médio agricultor. Isto seria portanto uma evidente falsificação do espírito e do texto constitucional.

"Na realidade, se assim fosse, não fazia sentido a Constituição referir como objectivo da Reforma Agrária promover a melhoria da situação económica, social e cultural dos pequenos e médios agricultores pela transformação das estruturas fundiárias e pela transferência progressiva da posse útil da terra e dos meios de produção para aqueles que a trabalham. Do mesmo modo que, se assim fosse, não faria sentido estabelecer o direito ao auxílio por parte do Estado aos pequenos e médios agricultores (Art.º 102.º), quer dizer, se assim fosse, a Constituição diria

simplesmente que todos eles são beneficiários directos da Reforma Agrária, incluindo os agrários expropriados das suas terras, e não empregaria portanto a expressão "pequenos e médios" porque ela era desnecessária uma vez concretizada a expropriação do latifúndio.

"Por tudo isto que sumariamente se expôs, se conclui que não é correcto fazer aquilo que fazem certos quadrantes políticos, de meter no mesmo saco os que trabalham e os que não trabalham, os que exploram mão-de-obra assalariada e os que por regra não o fazem, os grandes e os pequenos, para reduzir tudo à expressão constitucional de "pequenos e médios". Esta expressão tem um conteúdo socioeconómico tal que nela não cabem os agrários expropriados e expropriáveis, nem os absentistas.



"Trabalho permanente predominantemente fornecido pelo próprio e pelo seu agregado familiar."